



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO CRÉDITO RURAL NA GERAÇÃO DE  
RENDA E QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS  
DE IMIGRANTE-RS**

Joana Wahlbrinck

Lajeado, maio de 2017

Joana Wahlbrinck

**AS CONTRIBUIÇÕES DO CRÉDITO RURAL NA GERAÇÃO DE  
RENDAS E QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS DE  
IMIGRANTE-RS**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado II, do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário Univates, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre André Feil

Lajeado, maio de 2017

## RESUMO

O crédito rural, por intermédio do Pronaf é uma linha de financiamento que estimula o desenvolvimento e modernização das pequenas propriedades rurais, com taxas de juros mais baratas. Neste sentido, o tema desta pesquisa centra-se nos programas do crédito rural e sua influência na qualidade de vida e geração de renda dos produtores rurais do município de Imigrante-RS. O Problema de pesquisa deste estudo compreende: qual a percepção dos produtores rurais de Imigrante sobre o nível de renda e qualidade de vida, devido à utilização do crédito rural (Pronaf)? O objetivo geral é analisar as percepções sobre o crédito rural, em função do Pronaf, na visão dos produtores rurais do município de Imigrante-RS, no âmbito de geração de renda e qualidade de vida nas propriedades rurais. A metodologia empregada é a de abordagem quantitativa, os procedimentos técnicos são caracterizados como documental e *survey*. Os resultados obtidos a partir de entrevista feita com 60 produtores rurais do município de Imigrante-RS demonstram que a renda de 33,3% das famílias que vivem na zonal rural do município é entre R\$ 3.000,01 e R\$ 4.000,00 e boa parte desta é oriunda de investimentos via Pronaf. As principais fontes de renda dos agricultores estão relacionadas com as produções de leite, suínos e aves. Entre as principais contribuições do Pronaf destaca-se a modernização das estruturas, como por exemplo, aviários, pocilgas, estrebarias, etc, compra de tratores e implementos, compra de insumos para alimentação do gado leiteiro. O estudo demonstrou que o produtor rural acredita que o crédito rural seja importante para o desenvolvimento da propriedade rural. O desenvolvimento e modernização das propriedades a partir do Pronaf proporcionam mais comodidade ao produtor e possibilidade de agregar renda, fato que contribui para uma maior satisfação do agricultor que faz elevar o nível de qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Crédito. Agricultura. Qualidade de vida. Renda. Investimentos.

Pronaf

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Evolução do Pronaf .....	20
Figura 2 - Mapa do município de Imigrante-RS .....	39
Figura 3 - Valores contratados em Pronaf em Imigrante-RS ano de 2012 .....	41

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Rendimento domiciliar <i>per capita</i> - 2010 .....	40
Gráfico 2 - Idade dos respondentes .....	43
Gráfico 3 - Sexo dos respondentes .....	43
Gráfico 4 - Escolaridade .....	45
Gráfico 5 - Escolaridade membros da família - Ensino Superior .....	46
Gráfico 6 - Escolaridade membros da família - Ensino Fundamental.....	47
Gráfico 7 - Escolaridade membros da família - Ensino Médio.....	47
Gráfico 8 - Forma como a propriedade foi adquirida .....	48
Gráfico 9 - Tempo de posse da propriedade pela família.....	49
Gráfico 10 - Quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar.....	50
Gráfico 11 - Número de pessoas que residem na propriedade .....	50
Gráfico 12 - Motivos para familiares não morarem na propriedade rural.....	51
Gráfico 13 - Distância entre propriedade e centro de Imigrante - RS.....	52
Gráfico 14 - Forma de comercialização da produção .....	53
Gráfico 15 - Quantidades de empregados na propriedade rural .....	55
Gráfico 16 - Hábitos alimentares na propriedade rural .....	56
Gráfico 17 - Tomador de crédito Pronaf .....	57
Gráfico 18 - Utilização do crédito Pronaf .....	58
Gráfico 19 - Contribuição do Pronaf para melhoramento da capacidade produtiva ..	59
Gráfico 20 - Melhorias proporcionadas pelo Pronaf Investimentos .....	60
Gráfico 21 - Melhorias através do Pronaf Custeio.....	61
Gráfico 22 - Ralação crédito rural com produtividade e orientação Emater .....	62
Gráfico 23 - Acesso a saúde .....	63
Gráfico 24 - Acesso a energia elétrica e internet.....	64
Gráfico 25 - Tecnologias implantadas nos últimos 13 anos que considera importante para aumento da produtividade .....	65
Gráfico 26 - Renda media mensal em 2017 .....	66
Gráfico 27 - Renda média mensal exclusiva de Pronaf.....	66
Gráfico 28 - Renda média mensal no ano de 2002 .....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela1 - Rendimento <i>per capita</i> - 2010 .....	40
Tabela 2 - População rural e população urbana do município Imigrante-RS .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DR.	Doutor
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Prof.	Professor
PIB	Produto Interno Bruto
MCR	Manual de Crédito Rural
CMN	Conselho Monetário Nacional
BCB	Banco Central do Brasil
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento
CPF	Cadastro de Pessoa Física
OMS	Organização Mundial da Saúde
KM	Quilômetro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Tema .....	10
1.1.1 Delimitação do tema .....	10
1.2 Problema de pesquisa .....	11
1.3 Objetivos .....	11
1.3.1 Objetivo geral .....	11
1.3.2 Objetivos específicos .....	11
1.4 Justificativa .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
2.1 Crédito Rural .....	14
2.2 Objetivos do crédito rural .....	16
2.3 Beneficiários do crédito rural, as vedações e finalidade do crédito rural ....	17
2.4 Pronaf .....	18
2.5 Qualidade de vida .....	24
2.6 Estudos anteriores .....	26
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>30</b>
3.1 Tipos de pesquisa .....	31
3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema .....	31
3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico .....	32
3.1.3 Caracterização quanto ao objetivo geral .....	34
3.2 População e amostra da pesquisa .....	34
3.3 Coleta dos dados .....	35
3.4 Tratamento e análise dos dados coletados .....	36
3.5 Limitação do método .....	37
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE IMIGRANTE - RS .....</b>	<b>39</b>
<b>5 RESULTADOS E ANÁLISES .....</b>	<b>42</b>
5.1 Perfil dos Produtores Rurais .....	42
5.2 Estrutura das propriedades, produções e comercialização .....	47
5.3 Relação do crédito rural com renda e qualidade de vida .....	56
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>



<b>APÊNDICE A – Questionário .....</b>	<b>79</b>
--	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio vem contribuindo muito para o crescimento da economia mundial. Os avanços da tecnologia para as propriedades vêm se desenvolvendo e aumentando suas capacidades produtivas, proporcionando maior renda e emprego.

O agronegócio representa o setor que mais contribui para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em nível global e nacional, em função das exportações e pela demanda no mercado (BREITENBACH, 2014).

O Brasil é um país privilegiado, pois apresenta condições naturais que favorecem as atividades agropecuárias, possui 22% das terras agricultáveis globais, além de apresentar um clima diversificado que favorece diversos tipos de culturas, apresenta chuvas regulares, tem energia solar abundante e 13% da água doce de todo planeta (SOBER, 2016).

Mesmo com todo o potencial da agricultura no Brasil, a realidade de muitas propriedades no país ainda é de escassez de recursos, baixa produção e produtividade e nenhuma agregação de valor, o que vem provocando a descapitalização desses agricultores e a necessidade, em alguns casos, de vender seu imóvel e migrar para o meio urbano em busca de outras atividades (BREITENBACH, 2014).

Esta faltando democracia na distribuição dos recursos produtivos, é necessário melhorar o bem estar das famílias que vivem no meio rural e diminuir as desigualdades. Para isso o governo é obrigado a implantar políticas que ajudem no desenvolvimento das propriedades proporcionando emprego e renda (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

Uma destas políticas surgiu em 1996, e relaciona-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) favorecendo o pequeno agricultor familiar. O programa busca o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e de renda, trazendo melhor qualidade de vida aos pequenos produtores, combatendo grande parte dos problemas sociais, derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade (ALEIXO et al., 2006).

É por meio do Crédito Rural e programas como o Pronaf que o governo incentiva o agronegócio, direcionando os recursos para os produtores rurais com taxas diferenciadas e mais atrativas (SILVA FILHO, 2017). Desta forma, o programa tem como objetivo fortalecer as atividades do produtor familiar, proporcionando a ele um aumento de renda e possibilidade de agregar valor ao produto que é produzido e também à propriedade. Além disso, para o autor o programa proporciona a possibilidade de custear as despesas com produção e comercialização de produtos agropecuários que são produzidos na propriedade.

Neste contexto apresenta-se o tema, a delimitação do tema, o problema de pesquisa, o objetivo geral e específicos e a justificativa.

## **1.1 Tema**

O tema centra-se nos programas do crédito rural e sua influência na qualidade de vida e geração de renda.

### **1.1.1 Delimitação do tema**

A delimitação do tema centra-se na análise das contribuições do crédito rural, em especial o programa Pronaf, na geração de renda e qualidade de vida dos pequenos produtores rurais do município de Imigrante – RS, entre os anos 2002 e 2017.

## **1.2 Problema de pesquisa**

O Pronaf passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, incentivando o fortalecimento da agricultura familiar. As produções abastecem o mercado interno e externo, gerando renda e trabalho à população (SOUZA; CAUME, 2008).

O Pronaf está completou 20 anos de existência em 2015, e nesse período transformou a realidade de mais de 2,6 milhões de unidades familiares de produção (MDA, 2015). A mesma referência complementa que o Pronaf proporcionou o aumento da capacidade produtiva das propriedades gerando renda e potencializando uso da mão de obra familiar.

Neste sentido, o problema de pesquisa deste estudo é responder qual a percepção dos produtores rurais de Imigrante sobre o nível de renda e qualidade de vida, devido à utilização do crédito rural (Pronaf)?

## **1.3 Objetivos**

Os objetivos dividem-se em geral e específico.

### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste estudo é analisar as percepções sobre o crédito rural, em função do Pronaf, na visão dos produtores rurais do município de Imigrante/RS, no âmbito de geração de renda e qualidade de vida nas propriedades rurais.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Analisar as estruturas das propriedades e as condições socioeconômicas dos produtores que utilizam o Pronaf;
- Verificar as principais fontes de renda dos agricultores familiares beneficiários do Pronaf;

- Identificar se o Pronaf contribui na melhoria das atividades da propriedade, tanto econômica como operacionais;
- Identificar se o Pronaf contribui na qualidade de vida e geração de renda da família.

#### **1.4 Justificativa**

A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos que são consumidos diariamente pela população brasileira, se tornando importante para a economia do país. Além disso, é através da agricultura que vem grande parte da renda das famílias que permanecem no campo (PORTAL BRASIL, 2015).

Na última década, as produções agropecuárias vêm apresentando constantes melhoras em virtude de novas tecnologias que vêm surgindo. O governo brasileiro também vem incentivando produtores a investir em suas propriedades com programas como o Pronaf, com taxas de juros atrativas, que possibilitam a modernização das propriedades.

Como acadêmica pretendo utilizar os dados revelados para prospectar profissionalmente novos associados e tomadores de crédito na minha área de atuação profissional. Além de perceber qual é o nível de conhecimentos do agricultor familiar em relação ao programa Pronaf.

Com base nas definições do Pronaf, qualidade de vida e geração de renda, este estudo se torna relevante para os produtores rurais, pois as famílias estão buscando alternativas para permanecerem no campo, aumentando sua renda e consequentemente melhorando a qualidade de vida e grau de instrução.

Para a instituição de ensino superior, a UNIVATES, este estudo pretende servir de fonte de consulta para acadêmicos que pretendem analisar a influência do crédito rural para o crescimento da economia neste setor. Além disso, os dados revelados apresentarão a influência que programas como o Pronaf tem sobre a modernização e permanência dos produtores rurais nas pequenas propriedades.

O crédito rural principalmente o Pronaf é uma alternativa rentável para os pequenos produtores rurais investirem em sua propriedade ou simplesmente bancar os custos que terão para produção dos alimentos que são produzidos. Percebe-se que algumas famílias apresentam algumas dificuldades como o alto custo e baixa rentabilidade de algumas produções, é nesta hora que o Pronaf estimula o desenvolvimento das atividades no campo, não deixando o agricultor abandonar sua propriedade.

Mesmo sabendo que é uma alternativa rentável, não se tem um estudo que comprove os impactos do programa em relação ao crescimento da renda e melhoria dos padrões dos beneficiados, porém sabe-se que o número de famílias que aderem o benefício cresce temporalmente (GUANZIROLI, 2007).

Após apresentar a introdução desta pesquisa, na sequência descreve-se o referencial teórico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem como finalidade demonstrar o conhecimento existente sobre o tema. Neste capítulo apresenta-se a base teórica que fundamenta este estudo em relação ao: crédito rural e seus objetivos, beneficiários, vedações e finalidade do crédito rural, Pronaf e a qualidade de vida do produtor rural.

### 2.1 Crédito Rural

O crédito é um sistema de confiabilidade, solvabilidade e antecipação, onde são disponibilizados serviços financeiros, para satisfazer as necessidades dos produtores rurais ou consumidores em geral (ALVES, 2009).

O Crédito é considerado todo ato de vontade de alguém destacar ou ceder, um valor de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa que parte deste valor volte a sua posse integralmente, após ter decorrido certo tempo que foi estipulado. (SCHRICKEL, 2000).

Miranda (2006) salienta que o crédito é a transação que acontece entre duas partes, na qual uma delas chamado credor entrega a outra (devedor) determinada quantidade de dinheiro, bens ou serviços, em troca de uma promessa de pagamento.

Segundo Barros (1998) o conceito de crédito rural relaciona-se a:

[...] sistemática de proteção ao homem do campo, estrutura própria de um direito social, como é o direito agrário, o legislador não se descurou de também estabelecer regras que permitissem o alocamento de recursos, seu gerenciamento e a forma de distribuição, visando com isso a desenvolver oficialmente as atividades inerentes a produção rural. Para tudo isso, denominou *crédito rural* (BARROS, 1998, p. 153).

O crédito rural caracteriza-se pela destinação de recursos financeiros, podendo ser oriunda da União, das instituições bancárias ou cooperativas de crédito, com finalidade de desenvolvimento da produção rural (BARROS, 2000). Barros (2000, p. 67) descreve uma segunda definição de crédito rural na qual o “[...] dinheiro oficial, ou particular especialmente vinculado, que o governo destina de forma subsidiada ao produtor rural ou às suas cooperativas de crédito”.

A legislação que regula o crédito rural tem como finalidade gerar o fortalecimento da produção agrícola do país, pois:

[...] o crédito rural, diferentemente das demais linhas de crédito e de natureza especialíssima e, por isso mesmo, requer melhor ordenamento jurídico que resguarde e proteja, tanto pela finalidade que encerra como pela área de aplicação, onde o escopo maior é o fomento da produção, exigindo cautelas especiais na sua distribuição. Essa linha de crédito especializada busca atingir as diferentes atividades ligadas à economia rural, por isso que o seu disciplinamento, na ordem jurídica, reclama regras peculiares (MORAIS; BERNARDINO, 2010, p. 24).

O crédito rural é importante para o desenvolvimento da atividade rural, trazendo benefícios e avanços no desenvolvimento social e econômico, proporcionando o aumento da produção e rentabilidade (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011).

O Manual de Crédito Rural (MCR) que trata de uma codificação das normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e que tratam de todo o mecanismo que disciplina o crédito rural no Brasil (PEREIRA, 2013). O autor ainda alerta que o MCR está disponível no site do BCB, e todos podem baixá-lo gratuitamente.

O MCR é dividido em capítulos e seções, disciplinando quem são os agentes que podem atuar em crédito rural, quem podem ser os tomadores dos recursos, quais os instrumentos de crédito podem ser utilizados para representar operações de crédito rural e quais os encargos financeiro que devem ser fixados pelas agentes de crédito (PERREIRA, 2013).

Na concessão de crédito, o MCR classifica os tomadores de acordo com sua Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA), sendo, atualmente, pequeno produtor com RBA de até R\$ 360.000,00, médio, entre R\$ 360.000,00 e R\$ 1.760.000,00, e grande, acima de R\$ 1.760.000,00 (MCR, 2016). De acordo com a mesma fonte, tal



distinção ocorre para definir a concessão de linhas de crédito específicas com condições de encargos e pagamentos diferenciados.

Mattei (2005, p. 28) define o crédito rural, especificamente o Pronaf, como:

Um marco na política agrícola brasileira, uma vez que possibilitou a construção de instituições, normas e procedimentos que, de forma regular e em condições favoráveis, disponibilizaram crédito rural para todos os municípios do país e, particularmente, para um número crescente de agricultores familiares.

Após apresentar as definições do crédito rural, a seguir trata-se os objetivos do crédito rural e sua importância para o desenvolvimento das propriedades rurais.

## 2.2 Objetivos do crédito rural

O BCB, como órgão regulador do sistema financeiro nacional, cria o MCR para fazer referências às normas do crédito rural (MCR,2016):

Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas neste manual (MCR, 2016, p. 7).

Fortuna (2008) salienta que o objetivo é suprir os produtores rurais com recursos financeiros para o desenvolvimento da atividade agropecuária. De acordo com Lei 4.829, de 05/11/1965, os principais objetivos do crédito rural são estimular os investimentos rurais, fortalecimento dos produtores rurais, estimular o custeio e comercialização de produtos oriundos das propriedades, aumentar a adoção de técnicas racionais de produção (BRASIL, 1965).

Os objetivos do crédito rural centram-se em:

- a) Estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários;
- b) Favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- c) Fortalecer o setor rural;
- d) Incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo;
- e) Propiciar, através de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores;
- f) Desenvolver atividades florestais e pesqueiras;
- g) Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, estimular a geração de renda e

o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados (MCR, 2016, p. 7).

O Pronaf é um benefício que o governo oferece aos produtores rurais com intuito de possibilitar investimentos na agricultura familiar, proporcionando concretização de projetos produtivos, renda e melhor condição de vida nas propriedades rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Segundo Mattei (2005) o Pronaf está proporcionando crescimento econômico e bem estar social as agricultores familiares.

O crédito rural tem como objetivo proporcionar aos produtores rurais um mecanismo para se desenvolver economicamente, aumentando assim produtividade, produção e conseqüentemente renda (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011). Para estes autores, a qualidade de vida e o bem estar das pessoas faz com que elas busquem mais conhecimento e técnicas possibilitando um desenvolvimento social e cultural.

Após descrever os objetivos de crédito rural, na sequência trata-se sobre os beneficiários, as vedações e finalidade do crédito rural.

### **2.3 Beneficiários do crédito rural, as vedações e finalidade do crédito rural**

De acordo com o MCR (2016, p. 12) são consideradas pessoas beneficiárias do crédito rural: “Produtor rural (pessoa física ou jurídica); cooperativa de produtores rurais”.

Ainda de acordo com o MCR (2016, p. 12), outras pessoas tanto físicas como jurídicas, podem ser beneficiadas do crédito rural, sem serem consideradas produtoras rurais, desde que se dediquem as seguintes atividades:

- a) Pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
- b) Pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- c) Prestação de serviços mecanizados, de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo;
- d) Prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;
- e) Medição de lavouras;
- f) Atividades florestais.

Quanto às vedações do crédito rural o MCR (2016, p. 7) exemplifica funções que não são amparadas pelo crédito:

- a) financiar atividades deficitárias ou antieconômicas;
- b) financiar o pagamento de dívidas;
- c) possibilitar a recuperação de capital investido;
- d) favorecer a retenção especulativa de bens;
- e) antecipar a realização de lucros presumíveis;
- f) amparar atividades sem caráter produtivo ou aplicações desnecessárias ou de mero lazer.

As finalidades do crédito rural são classificadas da seguinte maneira (MCR, 2016):

- a) Custeio: Destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos;
- b) Investimentos: destina-se a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção;
- c) Comercialização: destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas

Após apresentar os beneficiários, as vedações e finalidade do crédito rural, a seguir trata-se do assunto Pronaf.

## **2.4 Pronaf**

O governo federal em 1996 instituiu o Pronaf, sendo este um programa que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar para criação de atividades econômicas capaz de gerar renda e produção (ROSA, 1995). A partir, do Pronaf os agricultores tinham mais atenção do governo e foram criadas ações para promover a melhoria nas condições de vida dos produtores rurais (BUAINAIN, 2006).

O programa criado pelo governo brasileiro pretende proporcionar o fortalecimento da competitividade da agricultura empresarial e fortalecer a agricultura familiar (BUAINAIN, 1999). O mesmo autor ainda cita que o programa ofertou aos produtores rurais créditos e criou ações conjuntas com municípios e estados para eliminar questões que atrasam o desenvolvimento rural.

De acordo com dados revelados a partir de Grisa e Schneider (2015) para ser beneficiário Pronaf o agricultor deve comprovar:

- a) Residência na propriedade rural ou proximidades;
- b) Declaração de Aptidão ao Programa (DAP) válida e registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar;
- c) Não possuir área superior a 80 hectares;
- d) No mínimo, 50% da renda bruta familiar deve ser oriunda da agropecuária;
- e) Tenha obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal de até R\$ 360.000,00.

A DAP é o instrumento que identifica se o agricultor está apto a realizar operações de crédito amparadas pelo Pronaf (GONÇALVES, 2008). A autora ainda destaca que a DAP classifica a família por grupos e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito Pronaf.

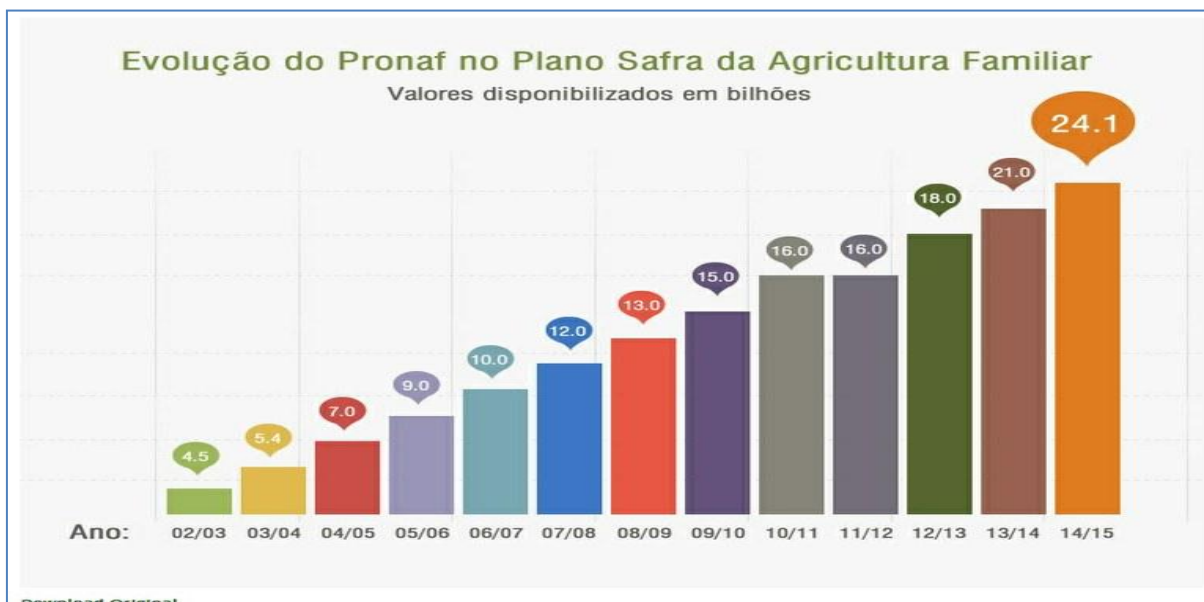
A DAP é gratuita e é emitida por órgãos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento (SEAD). É considerada a identificação do agricultor familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica) (MDA, 2014).

Para geração da DAP, é necessário comparecer a uma entidade autorizada pelo governo para emissão, munidos de CPF e cédula de identidade (GONÇALVES, 2008). Além disso, a mesma autora destaca que é necessário levar um documento que comprove a posse da terra explorada que pode ser a escritura, contrato de arrendamento, contrato de parceria, contrato de comodato, etc., que comprove o domínio sobre o imóvel.

Não se tem um estudo que comprove os impactos do programa em relação ao crescimento da renda e melhoria dos padrões dos beneficiados, porém sabe-se que o número de famílias que aderem o benefício cresce temporalmente (GUANZIROLI, 2007). A Figura 1 mostra a crescente evolução que houve na

concessão do crédito rural Pronaf entre os anos de 2002 e 2014, onde percebe-se que houve um aumento de 19,6 bilhões entre os dois anos.

Figura 1 - Evolução do Pronaf



Fonte: Brasil (2014, texto digital).

Estudos mostram que o programa trouxe resultados positivos, outros apresentam que o Pronaf trouxe resultados negativos (GUANZIROLI, 2007). Entre os resultados positivos pode-se citar taxas juros mais atrativas, afinal o setor agrícola apresenta incertezas e riscos que podem comprometer o desempenho econômico dos produtores (GONZÁLEZ, 2010). Este autor, ainda salienta que estes riscos estão atrelados a fatores climáticos, sanitários, incertezas advindas das flutuações do mercado agropecuário e questões da própria economia.

O desenvolvimento do país é outro ponto positivo do crédito rural, onde Gehring (2014, p. 34) afirma que:

[...] fica demonstrada a notável importância do Crédito Rural para o desenvolvimento econômico e social, tanto em nível rural quanto em nível nacional. O que faz com que seja algo imprescindível para a economia proporcionando aos produtores rurais mecanismos para o avanço da produção, o aumento da rentabilidade e, conseqüentemente um avanço social e cultural.

Ribeiro, Nascimento e Silva (2013) definem que o nível de instrução é uma variável de grande importância para que se possa alcançar eficiência econômica nas

propriedades rurais. Para estes autores, a variável escolaridade influi na renda dos pequenos produtores proporcionando maior capacidade produtiva.

Pode-se observar que o nível de instrução influi diretamente na renda dos pequenos produtores da microrregião. Isto ocorre em função do grau de escolaridade que acaba potencializando a capacidade do pequeno produtor (ROCHA, 2001).

Mesmo identificado o crédito rural como um importante fator de desenvolvimento econômico brasileiro, é possível verificar um ponto negativo, apenas uma minoria dos produtores são beneficiados, devido à inadimplência que agentes financeiros vêm sofrendo (SOBEL, 2005). Ainda conforme este autor, pode-se verificar que as taxas de juros acabam desencorajando os produtores devido à instabilidade de sua atividade (QUADRO 1).

Quadro1- Pronaf custeio

LINHA	FINALIDADE / EMPREENDIMENTO	CONDIÇÕES	TAXA DE JUROS
PRONAF CUSTEIO	Para financiamentos destinados ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão carioca, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas e erva-mate.	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até <b>R\$ 250 mil</b> por mutuário no ano-safra.	<b>2,5%</b>
	Para financiamentos de cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica.		
	Para o custeio pecuário destinado à apicultura, à bovinocultura de leite, à piscicultura, aos ovinos e aos caprinos.		
	Custeio de milho.	Até <b>R\$ 20 mil</b> por mutuário em cada ano-safra.	<b>2,5%</b>
		Nas operações acima de <b>R\$ 20 mil</b> até <b>R\$ 250 mil</b> por mutuário no ano-safra.	<b>5,5%</b>
	Para as demais culturas, criações ou atividades.	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até <b>R\$ 250 mil</b> por mutuário no ano-safra.	<b>5,5% a.a.</b>

Fonte: MDA (2017, texto digital).

De acordo com dados do município de Imigrante-RS com base no plano safra 2016/2017, apresenta-se abaixo as principais linhas do Pronaf usadas no município, suas finalidades, condições e taxas de juros praticadas. O Quadro 1 exemplifica o Pronaf custeio que uma das principais linhas de crédito usada no município juntamente com o Pronaf Investimento, sua taxa de juros varia de acordo com a produção do agricultor, por exemplo, para produção de leite, milho, laranja etc. permanece a taxa de juros de 2,5% a.a e demais produções 5,5% a.a, respeitando os limites impostos no item condições.

No Quadro 2, 3 e 4 foi apresentado as linhas de crédito que estão beneficiadas pelo Pronaf Investimento, dentre as mais utilizadas em Imigrante é o Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem. Entre os principais investimentos feitos no município estão construções de aviários, pocilgas, compra de tratores, implementos agrícolas, construção de silos para armazenagem de grãos, compra de resfriadores de leite e ordenhadeiras, etc.

Quadro 2 - Pronaf Investimento

LINHA	FINALIDADE / EMPREENDIMENTO	CONDIÇÕES	TAXA DE JUROS
PRONAF INVESTIMENTO (MAIS ALIMENTOS)	<p>I - adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo e a aquisição, o transporte e a aplicação dos insumos para estas finalidades.</p> <p>II - formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal.</p> <p>III - implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação.</p> <p>IV - aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos.</p> <p>V - construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, inclusive a construção e aquisição de câmaras frias.</p> <p>VI - aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras.</p> <p>Para aquisição de animais para recria e engorda.</p>	Até <b>R\$ 165 mil.</b>	<b>2,5% a.a.</b>
	Para os demais empreendimentos e demais finalidades.	Até <b>R\$ 20 mil.</b>	
		Até <b>R\$ 330 mil</b> para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura.	<b>5,5% a.a.</b>

Fonte: Grisa e Schneider (2015, texto digital).

Todas as linhas contempladas no Pronaf investimento apresentam características próprias conforme a finalidade ou o tipo de empreendimento. Nos quadros abaixo, observa-se as principais linhas do crédito Pronaf Investimento, com as devidas taxas de juros que variam entre 0,5% a.a e 5,5% a.a e a condição, que representa o limite Máximo de crédito que pode ser utilizado para cada linha de crédito.

Quadro 3 - Pronaf Investimento

LINHA	FINALIDADE / EMPREENDIMENTO	CONDIÇÕES	TAXA DE JUROS
PRONAF AGROINDÚSTRIA	Investimento em atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf.	Individual até <b>R\$ 165 mil</b> . Empreendimentos familiares rurais – até <b>R\$ 330 mil</b> . Cooperativas – acima de <b>R\$ 1 milhão</b> até <b>R\$ 35 milhões</b> , observado o limite individual de até R\$ 45 mil por associado ativo.	<b>5,5% a.a.</b>
PRONAF FLORESTA	Investimento para implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal.	Até <b>R\$ 38,5 mil</b> .	
PRONAF SEMIÁRIDO	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor financiado) e demais infraestruturas de produção.	Até <b>R\$ 20 mil</b> .	<b>2,5% a.a.</b>
PRONAF JOVEM	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.	Até <b>R\$ 16,5 mil</b> , até três operações por mutuário.	

Fonte: MDA (2017, texto digital).



Quadro 4 - Pronaf Investimento

LINHA	FINALIDADE / EMPREENDIMENTO	CONDIÇÕES	TAXA DE JUROS
MICROCRÉDITO PRODUTIVO RURAL – GRUPO “B”	Com a metodologia do PNMPQ.	Investimento até <b>R\$ 4 mil</b> e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R\$ 12 mil.	<b>0,5% a.a.</b>
MICROCRÉDITO PRODUTIVO RURAL – GRUPO “B”	Com a metodologia do PNMPQ em municípios localizados no semiárido na área de abrangência da Sudene – envolvendo projetos de convivência com o bioma.	Investimento até <b>R\$ 4 mil</b> e bônus de adimplência de 40% para os primeiros R\$ 12 mil.	
MICROCRÉDITO PRODUTIVO RURAL – GRUPO “B”	Microcrédito rural sem a metodologia do PNMPQ.	Investimento até <b>R\$ 2,5 mil</b> e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R\$ 7,5 mil.	
PRONAF MULHER DO GRUPO “B”	Nas condições da linha Microcrédito Produtivo Rural – Grupo “B”.	Sem metodologia até <b>R\$ 2,5 mil</b> , com metodologia até <b>R\$ 4 mil</b> .	
PRONAF MULHER INVESTIMENTO	Nas condições da linha Pronaf Investimento (Pronaf Mais Alimentos).	Até <b>R\$ 165 mil</b> ou até <b>R\$ 330 mil</b> para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura.	<b>2,5% a.a. ou 5,5% a.a.</b>

Fonte: MDA (2017, texto digital).

Após destacar o assunto Pronaf, a seguir trata-se sobre a qualidade de vida dos produtores rurais.

## 2.5 Qualidade de vida

A expressão qualidade de vida surge nos anos 60, nesta época a população tinha uma visão que a qualidade de vida tinha ligação com o crescimento econômico expresso através do PIB. Diante disto, era medida a riqueza produzida e distribuída no país, mas não era suficiente para medir aspectos que analisam o desenvolvimento de uma sociedade em geral (SANTOS; MARTINS, 2002).

Herculano (2000) explica que a partir de 1960 indicadores sociais foram instituídos (necessidades básicas, movimentos sociais, comunidade, equidade, etc.).

Afinal para ele, crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento ou melhoria na qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida ainda é amplo, mas é usada para definir um elevado padrão de bem-estar, como explica Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 13):

O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em qualidade de vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva.

Nahas, Barros, Francalacci (2001) salienta que a qualidade de vida é uma condição humana que depende de um conjunto de fatores que podem ser individuais ou socioambientais, estes fatores caracterizam as condições em que os seres humanos vivem.

Gonçalves (2004, p. 13) salienta que a qualidade de vida é “a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um de nós vive seu dia-a-dia”.

De acordo com Minayo (2000, p.10),

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Gonçalves e Vilarta (2004) abordam o assunto qualidade de vida pela forma como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, abordando, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a qualidade de vida como: a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de

valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (FLECK et al., 2000).

As aplicações de instrumentos de avaliação de qualidade de vida “[...] são amplas e incluem não somente a prática clínica individual, mas também a avaliação de efetividade de tratamentos e funcionamento de serviços de saúde. Além disso, podem ser importantes guias para políticas de saúde” (FLECK, 2000, p. 38).

A percepção de qualidade de vida lida com a garantia de satisfação das necessidades básicas da vida humana, que são: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer (MINAYO, 2000). Para o mesmo autor, tal percepção depende da interpretação do sujeito perante sua própria vida.

Os indicadores mostram que os principais fatores que causam qualidade de vida ao povo são: aquisição de bens materiais; avanços educacionais; condições de saúde (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

O termo qualidade de vida e bem estar, varia de acordo com experiência de vida e percepção de cada indivíduo. Ou seja, o que representa qualidade de vida para um pode não representar para outro (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

Portanto, qualidade de vida é um assunto muito pessoal e momentâneo, que depende de vários fatores que no meio rural estão relacionados com: renda, escolarização, acesso a saúde, realização profissional e pessoal, para todos os membros da família (IBASE, 2006).

Após apresentar definições de qualidade de vida, em seguida trata-se sobre estudos anteriores.

## **2.6 Estudos anteriores**

Estudo realizado em Morrinhos/GO com objetivo de ver a percepção do pequeno produtor rural em relação à melhoria na qualidade de vida e geração de renda em decorrência do crédito rural teve 647 contratos registrados no ano de 2012 (OLIVEIRA, 2015).

A partir destes contratos, foi feito um comparativo de concessão de crédito rural, especificamente o Pronaf, entre os anos de 2002 e 2012, verificou-se que houve uma evolução de 577,43% no Brasil, 592,90 no estado de Goiás e 1.630,39% na cidade de Morrinhos/GO (OLIVEIRA, 2015). A evolução na concessão de crédito no período de 10 anos foi elevada no Brasil e no Estado de Goiás o que mais surpreende é a evolução do município de Morrinhos/GO, que é praticamente três vezes maior que no estado e no país (OLIVEIRA, 2015).

Oliveira (2015) destaca que mesmo com uma evolução na concessão de crédito rural nos últimos 10 anos, para atender os objetivos do programa, seria necessário que a capacidade produtiva fosse ampliada para gerar excedentes que pudessem ser comercializados, assim, gerando reflexos no aumento da renda do produtor.

Os maiores problemas da geração de renda após a tomada do crédito é a falta de orientação técnica na condução do empreendimento, a não reaplicação dos recursos na atividade após venda da produção e o desvio do recurso para fins que não constam nos projetos (OLIVEIRA, 2015).

Estudo realizado no Sicredi Região dos Vales, para analisar as liberações de operações de crédito para investimento rural com recursos do BNDES, entre 1º/07/2003 e 31/07/2008 mostram que o número de operações liberadas nos anos de 2004 a 2005, teve uma queda de 270 operações de crédito (CONTO; SCHNORRENBURGER; DULLIUS, 2009). Esta queda, segundo os autores, está ligada a uma forte estiagem que afetou o Sul do Brasil naquela época e afetou os negócios do ramo rural, porém nos anos seguintes o número de operação apresentou crescimento.

O número de operações liberadas no período 2007/2008 cresceu 33,02%, o volume financeiro disponibilizado atingiu crescimento de 104,87%. Confrontando esses dois indicadores se verifica um fato curioso, o crescimento do volume financeiro liberado foi aproximadamente três vezes superior ao crescimento do número de contratos liberados, isso significa que o valor dos contratos aumentou (CONTO; SCHNORRENBURGER; DULLIUS, 2009).

O estudo realizado no município de Igarapé MG objetivou analisar as condições de acesso ao Crédito Rural por produtores deste município, tendo como base uma amostra de 35 entrevistas com produtores rurais em 2007 (MENEGAZZO; CRUZ, 2007). A partir dos dados revelados pelos autores, conclui-se que 62,9% tomavam crédito rural e 37,1% não. Todos os 62,9% que tomaram crédito era na modalidade de Pronaf (MENEGAZZO; CRUZ, 2007).

Observa-se que 70,3% dos respondentes não sabe em que modalidade ele se enquadra dentro do Pronaf, mesmo por parte daqueles que tomam crédito (MENEGAZZO; CRUZ, 2007). Os autores acreditam que esse fato pode-se justificar pelo nível de escolaridade dos produtores ou por falta de treinamentos e cursos sobre o assunto.

Estudo realizado nas cidades Baturité, Igutau e Quixadá, no Ceará, analisa as contribuições do Pronaf para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no estado, foi realizado um questionário com 90 produtores rurais (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

Os resultados revelam que tanto os agricultores familiares beneficiários quanto aqueles não beneficiários do Pronaf apresentaram baixo nível de sustentabilidade, que pode estar associada pelo não recebimento de assistência técnica, dificuldades de acesso ao crédito, indisponibilidade de tecnologias adequadas e baixa participação em cursos de capacitação (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011). Os mesmos autores acreditam que o Pronaf teve impacto positivo, mas não significativo sobre a geração de renda e empregabilidade.

Outro estudo que objetivou avaliar a Qualidade de Vida entre residentes no meio urbano e rural do Estado da Paraíba, teve a participação de 284 entrevistas (MARTINS et al., 2007). A partir das respostas do questionário aplicado, e o Questionário Biodemográfico, pode-se concluir que as condições de vida não influenciam a qualidade de vida (MARTINS et al., 2007). De acordo com os mesmos autores, o que faz reduzir a satisfação com suas condições de vida é a falta de recursos financeiros, sendo os grupos de menor poder aquisitivo que demonstraram os menores índices de qualidade de vida.

Desta forma, após apresentar o referencial teórico, na sequência apresentam-se os procedimentos metodológicos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos usados para atingir conhecimento ou desenvolvimento de uma investigação, ou seja, é a linha de raciocínio no processo de pesquisa (GIL, 2008). Conforme o mesmo autor, método científico tem como objetivo chegar à veracidade dos fatos.

Lakatos e Marconi (2003, p. 83) definem método científico como sendo um:

Conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Barros e Lehfel'd (2000) defendem que a metodologia é um conjunto de procedimentos utilizados para adquirir conhecimento. É a aplicação do método, através de processos e técnicas, que garantem legitimidade do saber adquirido.

Os procedimentos metodológicos têm como objetivo desenhar o caminho a ser seguido por um pesquisado com intuito de fazer uma relação entre teoria e vivência, ou seja, a metodologia dá origem ao método e o método possibilita a pesquisa (LOURENÇO, 2010).

A pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico além de ser o caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (LAKATOS; MARCONI, 2007). As mesmas autoras acrescentam que a intenção da pesquisa é descobrir respostas para as questões levantadas por meio de métodos científicos.

De acordo com Yin (2001), um projeto de pesquisa forma a lógica que une os dados a serem coletados com as questões iniciais do estudo, chegando a uma resolução do assunto.

Neste sentido, na sequência apresenta-se os tipos de pesquisa, a população e amostra da pesquisa, os planos de coleta de dados, o tratamento e análise dos dados coletados e as limitações do método.

### **3.1 Tipos de pesquisa**

As tipologias que existem para identificar os procedimentos metodológicos são variadas, mas deve-se identificar qual o tipo de pesquisa que mais se ajusta com a investigação do problema nesta área de conhecimento (RAUPP; BEUREN, 2009).

De acordo com as particularidades da contabilidade, as tipologias de delineamento de pesquisas que são aplicadas nesta área de conhecimento são divididas em três categorias. Estas categorias abrangem (RAUPP; BEUREN, 2009): a) a pesquisa quanto à abordagem do problema; b) a pesquisa quanto aos procedimentos; c) a pesquisa quanto aos objetivos.

Na próxima subseção apresenta-se a divisão dos tipos de pesquisa.

#### **3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema**

Quanto ao modo de abordagem do problema esta pesquisa se classifica como quantitativa, pois para Raupp e Beuren (2009), a pesquisa quantitativa deve ser estruturada e utilizar instrumentos estatísticos tanto na coleta e no tratamento dos dados. Os mesmos autores, ainda destacam que esse procedimento se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos. A intenção da pesquisa quantitativa é de garantir a precisão dos resultados, evitar erros de análise e interpretação, possibilitando assim mais segurança quanto às conclusões (RAUPP; BEUREN, 2009).

Richardson (1999, p. 70) afirma que a abordagem quantitativa:



[...] caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Roesch (2005) sugere que uma pesquisa quantitativa seja capaz de medir a relação entre variáveis ou avaliar o resultado de algum sistema. A autora cita como técnicas de pesquisas quantitativas as entrevistas, questionários, índices, relatórios escritos, escalas, testes e observação.

Este estudo classifica-se quanto ao modo de abordagem do problema como quantitativo, pois é fundamentado a partir de dados estatísticos adquiridos diante de uma pesquisa objetiva com produtores rurais do município de Imigrante para responder o problema de pesquisa.

### **3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico**

Quanto aos procedimentos técnicos este estudo é classificado em: documental e *Survey*.

A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999).

Para Vergara (2005, p. 48) “[...] investigação documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas”. Este autor cita como exemplos registros, regulamentos, balancetes, cartas, etc. Mattar (1999) salienta que estas fontes de pesquisa são muito valiosas, pois contém informações muito importantes com custo baixíssimo.

Para Chemin (2010, p. 61), a pesquisa documental:

[...] se vale principalmente de fontes que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação específica, como as tabelas estatísticas de órgãos do governo; legislação; relatórios de empresas; documentos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, cartórios, hospitais, sindicatos; discursos; desenhos; memórias; depoimentos; diários; filmes; correspondência pessoal; inscrições em banheiros etc.

A pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, buscando selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, para extrair dela algum sentido e agregar valor para a comunidade científica para que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel (SILVA; GRIGOLO, 2002).

O procedimento técnico *survey* é uma tipologia de pesquisa importante na área contábil, pois traz informações que podem ser úteis para estudos futuros e possibilita mapear a realidade de determinada população ou amostra de empresas (RAUPP; BEUREN, 2009).

Segundo Gil (1999, p. 70) as pesquisas *survey* caracterizam-se:

[...] pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Os dados referentes a este tipo de pesquisa podem ser coletados de uma amostra de determinada população ou universo que se deseja conhecer (RAUPP; BEUREN, 2009). O procedimento técnico *survey* é útil para pesquisas de opinião e de atitude (GIL, 2010).

É por meio de questionários que serão respondidas as perguntas levantadas pelos pesquisadores (GIL, 2010). O questionário pode ser composto por questões abertas ou fechadas, onde as abertas podem ser respondidas usando a própria opinião e as questões fechadas são dadas um conjunto de alternativas e quem responde escolhe a que melhor evidencia seu ponto de vista (COLAUTO; BEUREN, 2009).

O procedimento documental foi escolhido, pois foram utilizadas informações do anuário estatístico disponibilizado no *site* do BC, para fazer análises das operações de crédito rural. O procedimento *Survey* é utilizado em segundo momento, na qual foi aplicado um questionário com produtores rurais do município de Imigrante-RS. Este questionário é fechado, no qual os respondentes escolhem a alternativa que melhor se enquadra.

### 3.1.3 Caracterização quanto ao objetivo geral

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno (VERGARA, 2000). Além disso, ainda destaca que esta pesquisa também pode estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, mesmo que seja base para tal explicação.

Para Mattar (1999), a pesquisa descritiva é usada para as seguintes funções:

- a) Descrever características de grupo, por exemplo, obter perfil dos consumidores, através de sua distribuição em relação a sexo, idade, nível de educação, preferências, localização, etc;
- b) Estimar proporção de elementos em uma população específica que apresente determinadas características ou comportamento; e
- c) Descobrir e verificar a existência de alguma relação entre variáveis.

A pesquisa proposta se classifica como descritiva quanto aos objetivos, pois objetiva saber se o produtor rural do município de Imigrante RS apresentou aumento na renda e em consequência melhoria na qualidade de vida após a implantação do programa Pronaf.

## 3.2 População e amostra da pesquisa

Lakatos e Marconi (2002, p. 41), salientam que o “[...] universo ou população é um conjunto de seres animados e inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” (LAKATOS; MARCONI, 2002, p. 41).

Para Malhotra (2001) uma população é a junção de todos elementos que compartilham algum conjunto de características em comum, conformando o universo para o problema de pesquisa de marketing.

O procedimento técnico *survey* abrange uma quantidade elevada de elementos, fato que dificulta a análise de sua totalidade; por esse motivo é comum trabalhar com amostras (GIL, 2010). Se a amostra for apurada com rigor é possível

ter resultados próximos dos quais se fosse apurados todos os elementos desta população (GIL, 2010).

A população desta pesquisa é composta por 612 inscrições de talão de produtor ativas em novembro de 2016 no município de Imigrante/RS. A escolha do município de Imigrante para aplicar o questionário se justifica, pois a acadêmica atua na área do crédito rural em uma instituição financeira do município, e possui um relacionamento direto com produtores rurais que ajudou na hora de aplicar o questionário.

Foram visitadas 60 famílias e todas elas aceitaram responder o questionário, como foi deixado apenas um questionário por residência fica complicado saber a quantidade de matrículas de talão de produtores que poderiam ser contempladas. De acordo com a Secretaria de Agricultura de Imigrante existem famílias que possuem duas ou mais matrículas ativas o que dificulta a contagem da quantidade de propriedades rurais do município.

A amostra é classificada por conveniência, pois a entrevistadora escolheu as propriedades que foram entregues os questionários conforme afinidade e facilidade de acesso a propriedade. Verificou-se também que em 10 propriedades não foi encontrado ninguém em casa para entregar o questionário.

### **3.3 Coleta dos dados**

A coleta de dados representa o recolhimento de dados junto às fontes, trata-se da etapa que exige mais supervisão e controle com objetivo de minimizar erros e atrasos que possam surgir (MALHOTRA, 2001).

Na etapa de coleta de dados se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas escolhidas (MARCONI; LAKATOS, 2009). Os instrumentos de pesquisa são considerados modelos que cientistas devem utilizar para mostrar o caminho de forma lógica e sistemática (COLAUTO; BEUREN, 2009). Gil (2010), considera que a coleta de dados pode ocorrer através de técnicas de interrogação, por exemplo, os questionários, a entrevista e o formulário.

Mattar (1999, p. 38) define coleta de dados como sendo:

[...] a fase em que são efetuados os contatos com os respondentes, aplicados os instrumentos, registrados os dados, efetuada uma verificação do preenchimento dos instrumentos e enviados os instrumentos preenchidos para a central de processamento de dados.

A pesquisa documental foi utilizada, pois foram utilizadas informações divulgadas no anuário estatístico que está disponível o site do BC. Estas informações foram visualizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017. Foram coletados dados referentes às operações de crédito Pronaf contratadas no município de Imigrante no ano de 2012, último ano que se tem a divulgação de valores por parte do BC. Estas informações tornam-se importante para saber qual o valor em reais que produtores dos municípios têm tomados em Pronaf, objetivando fazer comparativos entre valores tomados versus melhoria na renda e qualidade de vida.

A pesquisa *survey* foi realizada neste estudo a partir de um questionário aplicado com produtores rurais entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017. A aplicação do questionário aconteceu nas propriedades, em 15 residências a pessoa solicitou que eu deixasse o questionário e responderia quando teria um tempo livre, nestas propriedades estipulou-se a data de 14 de fevereiro para recolhê-lo. O questionário utilizado tem como base um estudo realizado por Oliveira (2015) (APÊNDICE A).

O questionário apresenta perguntas fechadas de múltipla escolha na qual aborda dados pessoais, informações sobre a propriedade, crédito rural, saúde e renda. Todas as famílias foram receptivas e concordaram em responder as perguntas.

### **3.4 Tratamento e análise dos dados coletados**

A análise de dados tem como objetivo organizar e sumariar as informações de forma que possibilite o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação (GIL, 1999). A análise dos dados abrange vários procedimentos como a codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos (GIL, 2010) Para o mesmo autor, juntamente com a análise dos dados ocorre sua interpretação,

que consiste em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos.

Mattar (2001) destaca que o pesquisador deve conseguir tirar suas conclusões a partir da análise dos dados coletados. O autor ainda afirma que é na fase de tratamento que os dados brutos são transformados em informações que podem ser usadas para responder o problema que originou a pesquisa.

A apresentação dos dados facilita na compreensão e interpretação dos dados, e pode ser por meio de tabelas, gráficos ou quadros (MARCONI; LAKATOS, 2009).

As tabelas são métodos estatísticos e sistemáticos de apresentar dados (MARCONI; LAKATOS, 2009). A tabela é elaborada com dados obtidos pelo pesquisador, pode ser apresentada em números ou percentual (MARCONI; LAKATOS, 2009). Ademais, os quadros contêm dados secundários oriundos de outras fontes necessitando da indicação de fonte e data.

Os gráficos são utilizados para representar os dados, apresentam aspectos visuais que facilitam a compreensão dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados e organizados através *Software Microsoft Office Excel e Word 2007*, para que fosse possível verificar e concluir quais foram às contribuições do crédito rural na geração de renda e qualidade de vida de produtores rurais.

### **3.5 Limitação do método**

Vergara (1997) afirma que todo método tem possibilidades e limitações, sendo assim, é conveniente antecipar-se a possíveis críticas dos leitores, informando quais as limitações sofridas pela pesquisa que, todavia, não invalidaram sua realização.

Por se tratar de uma amostra não probabilística, os resultados consideram a opinião dos agricultores e são válidos apenas para a entrevista. Assim não se pode fazer relação com a população alvo como um todo. Outra limitação encontrada foi

saber o número total de agricultores do município, afinal a Secretaria de Agricultura de Imigrante trabalha com referência de matrículas de talão de produtor. Portanto, em uma mesma matrícula podem constar vários agricultores atrelados.

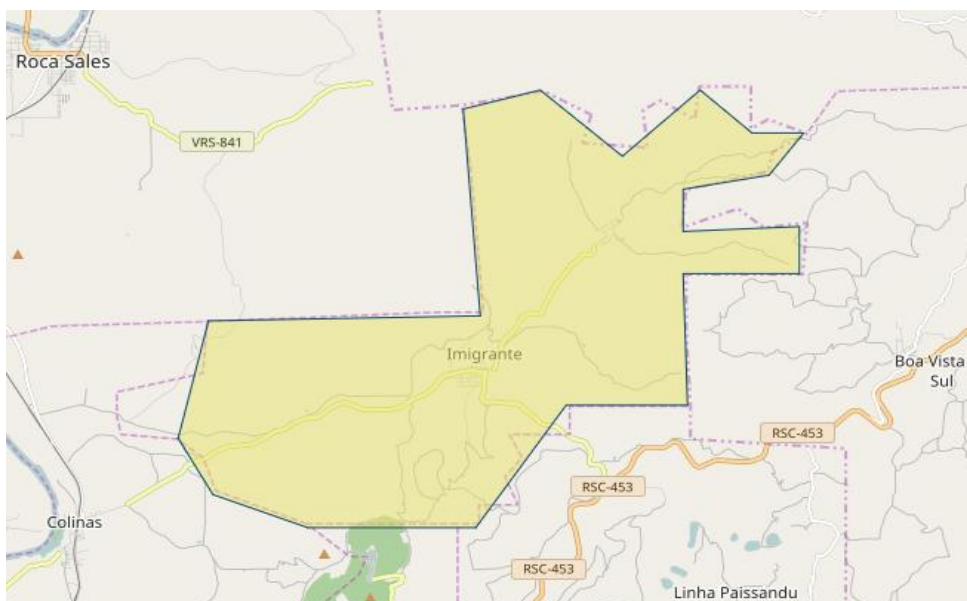
Ainda pode-se considerar a possibilidade de algum entrevistado ter omitido a verdadeira informação, por não conhecer a entrevistadora ou preferir preservar dados como renda, idade, etc.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE IMIGRANTE - RS

Este capítulo apresenta a caracterização da pesquisa, descrevendo onde os questionários foram aplicados e principais características do município de Imigrante-RS.

O questionário foi aplicado com produtores rurais do município de Imigrante-RS. O município foi emancipado no dia 09 de maio de 1988, que está localizado no Vale do Taquari - RS abrange uma área de 73,689 Km². No ano de 2016 a população era de 3152 habitantes (IBGE, 2017). O nome Imigrante foi criado em homenagem aos colonizadores europeus que colonizaram o local (FIGURA 2).

Figura 2 - Mapa do município de Imigrante-RS



Fonte: IBGE (2017, texto digital).



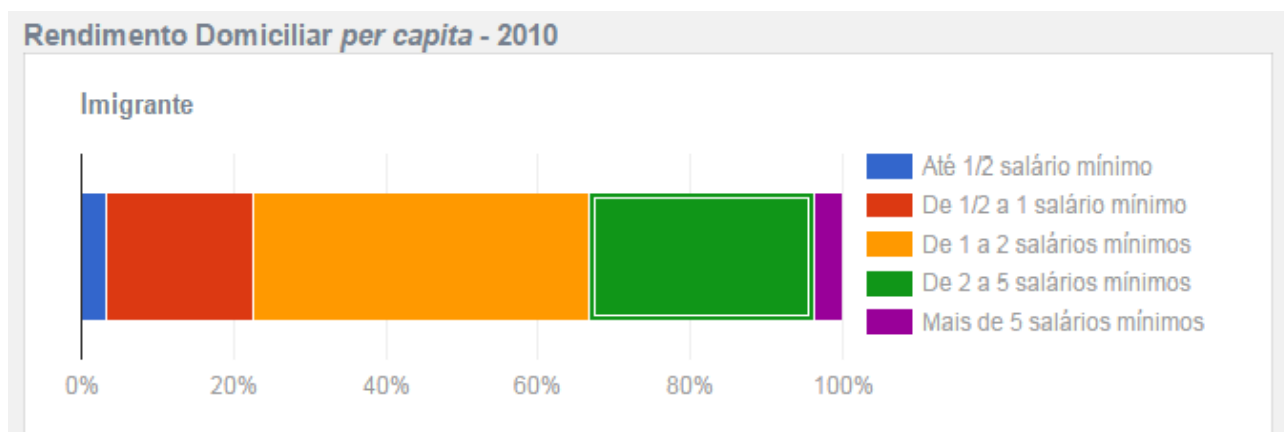
A economia do município é diversificada, dentre os ramos pode-se citar a indústria, comércio e o setor primário. No município encontram-se empresas dos seguintes ramos: metalúrgico, produtos de limpeza, cutelaria, móveis, calçados, confecções, etc.

Já no setor primário, as principais fontes de receitas vêm da produção de leite, suínos e frangos que são comercializados para cooperativas ou empresas da região. As lavouras são predominantemente de milho, destinados a produção de silagem ou grãos, usado na alimentação do gado.

Em 03 de novembro de 2016 a Secretária da Agricultura do Município de Imigrante tinha 612 matrículas ativas de talão de produtor. Este número mostra que grande parte dos habitantes reside e trabalha na área rural.

O rendimento domiciliar *per capita* das famílias está na grande maioria entre 1 e 2 salários mínimos como mostra o Gráfico 1 e a Tabela 1.

Gráfico 1 - Rendimento domiciliar *per capita* - 2010



FONTE: IBGE (2010, texto digital).

Tabela1 - Rendimento *per capita* - 2010

Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> - 2010	
Até 1/2 salário mínimo	34
De 1/2 a 1 salário mínimo	205
De 1 a 2 salários mínimos	469
De 2 a 5 salários mínimos	312
Mais de 5 salários mínimos	41

Fonte: IBGE (2010, texto digital).

De acordo com o anuário estatístico realizado no ano de 2012 o município de Imigrante apresentava neste ano um total de R\$ 3.568.951,02 em contratos de Pronaf divididos em custeio, investimento e comercialização. A figura abaixo especifica o valor para cada forma de contratação e o número de contratos.

Figura 3 - Valores contratados em Pronaf em Imigrante-RS ano de 2012

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL - 2012								
PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR								
5.2.5 - ESTADO E MUNICÍPIO - ATIVIDADE E FINALIDADE - PRONAF								
ATIVIDADE	FINALIDADE						TOTAL	
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO			
	CONTRATO	VALOR	CONTRATO	VALOR	CONTRATO	VALOR	CONTRATO	VALOR
RIO GRANDE DO SUL								
IMIGRANTE								
Agrícola	77	318.174,27	17	332.321,76	0	0,00	94	650.496,03
Pecuária	103	1.040.171,56	79	1.878.283,43	0	0,00	182	2.918.454,99
Total	180	1.358.345,83	96	2.210.605,19	0	0,00	276	3.568.951,02

Fonte: Anuário estatístico (2012, texto digital).

É visível os investimentos que são feitos nas propriedades. Para isso, o município incentiva a atividade agrícola, com subsídios, como por exemplo, terraplanagem, horas máquinas para plantio e colheita, que evita que o êxodo rural e incentiva o jovem além de permanecer na propriedade, buscar alternativas para agregar renda e melhorar o padrão de vida.

## **5 RESULTADOS E ANÁLISES**

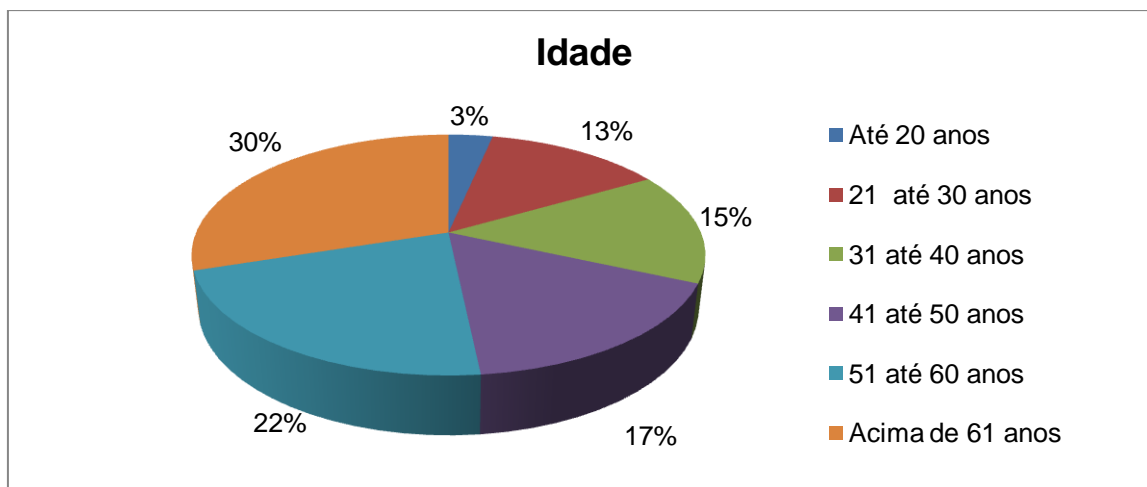
Este capítulo demonstra os resultados que foram obtidos a partir da pesquisa, além de buscar explicações para os resultados, analisar, fazer comparativos e tentar identificar se a qualidade de vida e renda dos produtores rurais do município de Imigrante teve melhora devido a utilização do crédito rural Pronaf.

O capítulo foi dividido em três tópicos: o primeiro que mostra o perfil dos produtores rurais entrevistados; o segundo que detalha a estrutura da propriedade rural, produtividade e comercialização de produtos; e o terceiro que entra na parte de crédito rural relacionado com renda e qualidade de vida.

### **5.1 Perfil dos Produtores Rurais**

A análise da idade dos respondentes revela que 22% possuem idade entre 51 e 60 anos e 30% acima de 61 anos, portanto verifica-se que 52% dos respondentes possuem idade superior a 51 anos (GRÁFICO 2) . Neste sentido, nota-se que o jovem está deixando a propriedade em busca de alternativas econômicas e educacionais diferentes das encontradas no meio rural (TOLEDO, 2011). Para o autor, este fato é preocupante, pois não existe uma perspectiva de sucessão na propriedade e seu desenvolvimento. O fato provoca um envelhecimento médio dos que permanecem na propriedade e percebe-se poucos investimentos nestas atividades rurais (TOLEDO, 2011).

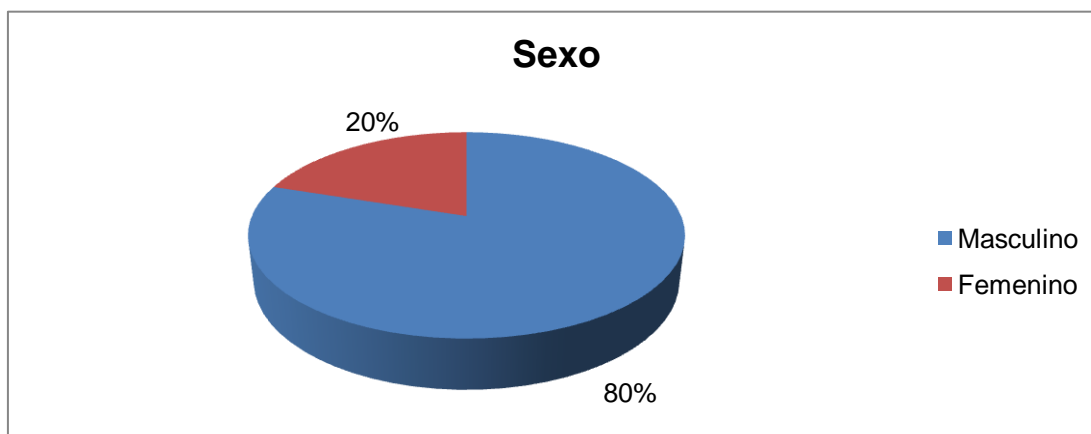
Gráfico 2 - Idade dos respondentes



Fonte: Elaborado pela própria autora.

A análise do gênero dos respondentes revela que 80% são do sexo masculino (GRÁFICO 3). As atividades desenvolvidas no meio rural exigem maior esforço físico para um bom rendimento e maior produtividade (SANTOS; FONTES, 2010). Tozzi (2015) enfatiza que as atividades e as condições de trabalho no campo tornam-se exaustivas, desta forma, deveria ser serviço de jovens e principalmente homens. No município de Imigrante-RS percebe-se o domínio do sexo masculino, porém o quesito idade não está de acordo com a colocação de Tozzi (2015), devido à procura por empregos principalmente nos centros urbanos e pela busca de maior conhecimento.

Gráfico 3 - Sexo dos respondentes



Fonte: Elaborado pela própria autora.

O Censo demográfico de 2010 (TABELA 2), no município de Imigrante-RS, destaca que o número de habitantes na zona rural e urbana está próximo, porém o meio rural ainda possui mais moradores. Pode-se ver também que o número de homens é maior do que de mulheres no meio rural. Já na região urbana existem mais mulheres.

Tabela 2 - População rural e população urbana do município Imigrante-RS

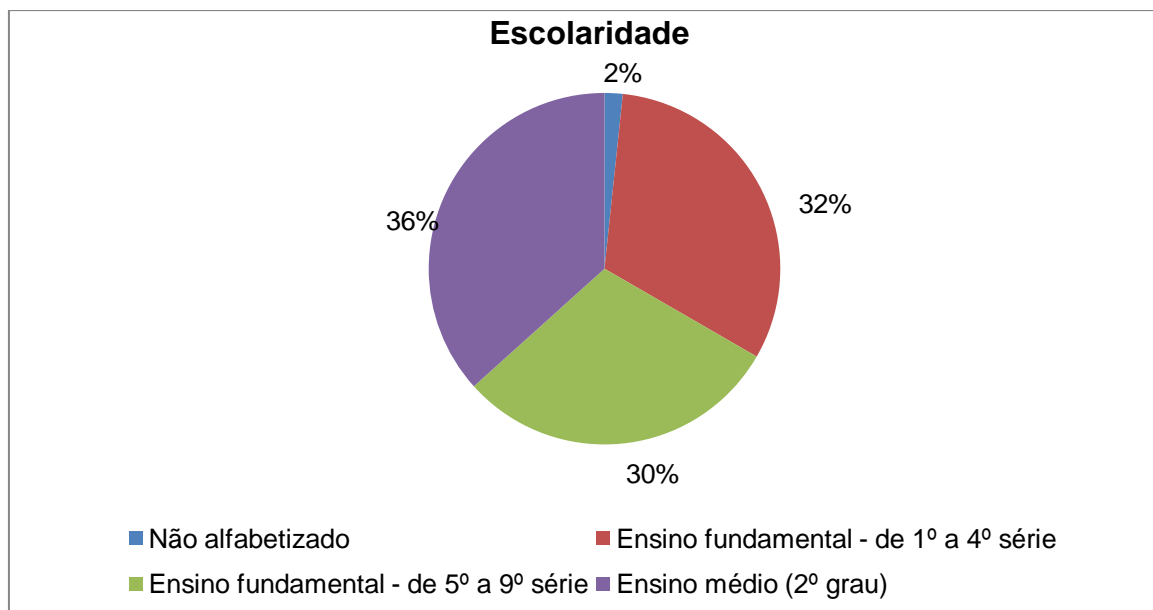
População residente, por situação do domicílio e sexo em Imigrante-RS - 2010		
	Urbana	Rural
Total	1499	1524
Homens	727	768
Mulheres	772	756

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

De acordo com Abramovay e Camarano (1998) desde a década de 70 vem acontecendo um esvaziamento no meio rural que tem ligação com a busca por melhores oportunidades de trabalho e estudos. Essa fuga foi percebida principalmente no sexo feminino, o que fez com que no campo permanecessem mais homens e pessoas com idade mais avançada.

Em contrapartida foi analisada a escolaridade dos envolvidos na pesquisa, fato que chama atenção é que nenhum respondente possui ensino superior concluído (GRÁFICO 4). O fato torna-se curioso, pois o agricultor não mostra-se interessado em adquirir mais conhecimento, melhorar o gerenciamento e controle na propriedade. Percebe-se maior desinteresse dos produtores da faixa etária acima de 51 anos a voltar aos estudos e busca de novas tecnologias, pois quando eram jovens não tinham um incentivo para estudar e a realidade era muito diferente do que atualmente.

Gráfico 4 - Escolaridade



Fonte: Elaborado pela própria autora.

O Sebrae (2015) divulgou um estudo realizado com empresários e produtores rurais entre os anos de 2002 e 2012 que complementa o resultado visto no município de Imigrante- Rs. Neste estudo verificou-se que em todo país 27% dos empresários possuem ensino superior ou mais, já os produtores rurais apenas 2% tem ensino superior.

O grau de instrução da juventude rural é considerado 30% inferior ao da juventude urbana (CUNHA, 2011). Além disso, complementa que, o nível de escolaridade dos pais e a renda da família são fatores que justificam o acesso ou não ao Ensino Superior. “Nesse sentido, o ensino superior público acaba funcionando como o instrumento possível para superar as desigualdades ou para diminuir a iniquidade no sistema educacional.” (CUNHA, 2011, p. 265).

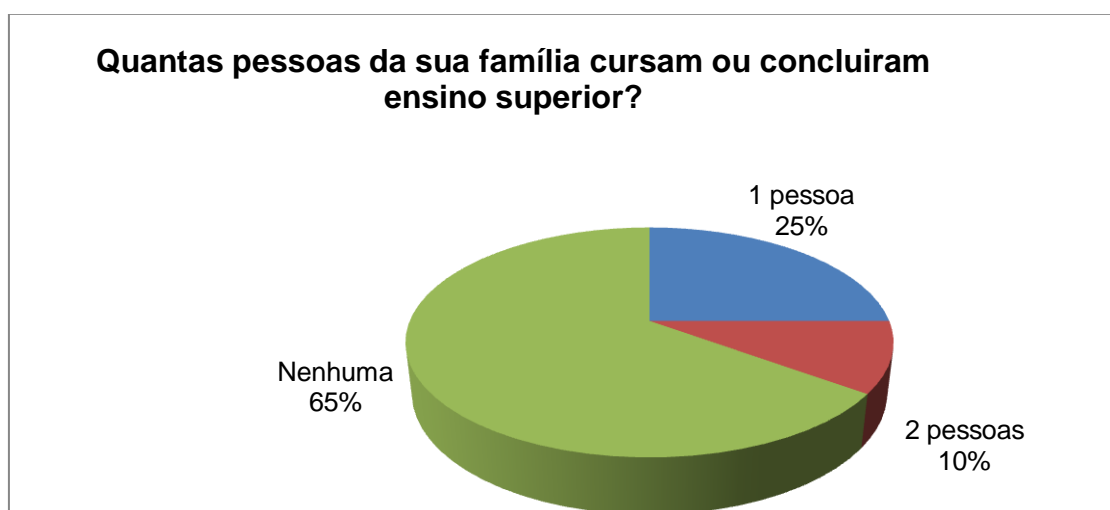
Ainda falando em escolaridade, houve um número próximo de concluintes de ensino médio e fundamental. Outro ponto a ser destacado é que apenas uma pessoa não é considerada alfabetizada. Já na pesquisa do Sebrae (2015), o número de produtores analfabetos ou que não concluíram o ensino fundamental é de 77%, número alto se comparado com o município de Imigrante.

Analisando a escolaridade dos membros da família, os números começam a ser um pouco diferentes. Em 25% das famílias pelo menos uma pessoa concluiu o

ensino superior e em 10% das famílias duas pessoas concluíram. O que chama atenção é que em 65% das famílias nenhuma pessoa concluiu o ensino superior (GRÁFICO 5) .

Percebe-se que em famílias que possuem filhos jovens a busca pelo conhecimento vem aumentando (ZAGO; BORDIGNON, 2012). Para o autor, o aumento do conhecimento acaba desestimulando o jovem a investir e até mesmo abandonar a propriedade para ir em busca de alternativas mais rentáveis e novos desafios nos centros urbanos.

Gráfico 5 - Escolaridade membros da família - Ensino Superior

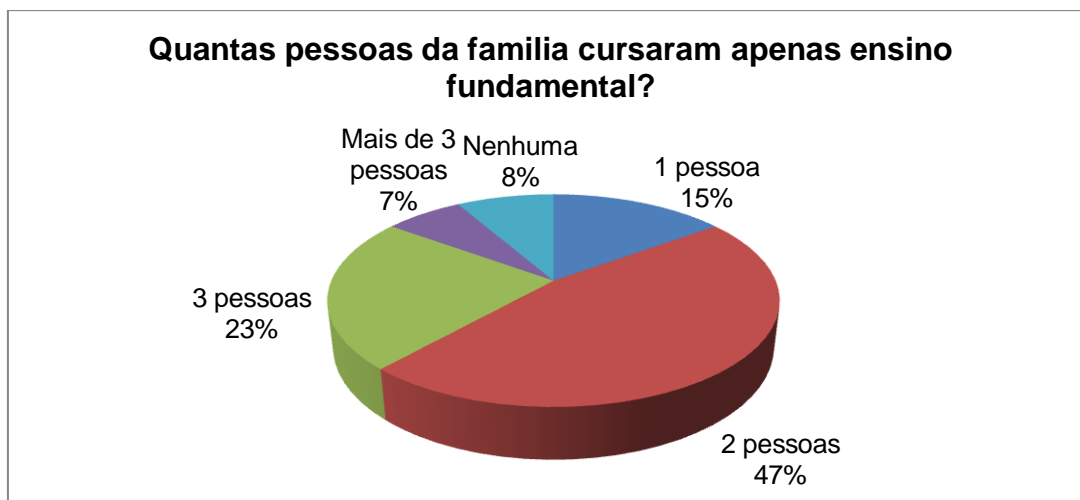


Fonte: Elaborado pela própria autora.

Observa-se que as famílias estão cada vez mais mobilizando seus filhos para investir nos estudos, afinal os que permanecem na propriedade acreditam que com o estudo é possível encontrar emprego melhores, menos desgastantes e mais rentáveis (ZAGO, BORDIGNON, 2012). Desta forma, explica-se o motivo por existir mais pessoas concluindo ou que já concluíram o ensino superior em famílias que possuem jovens morando na propriedade.

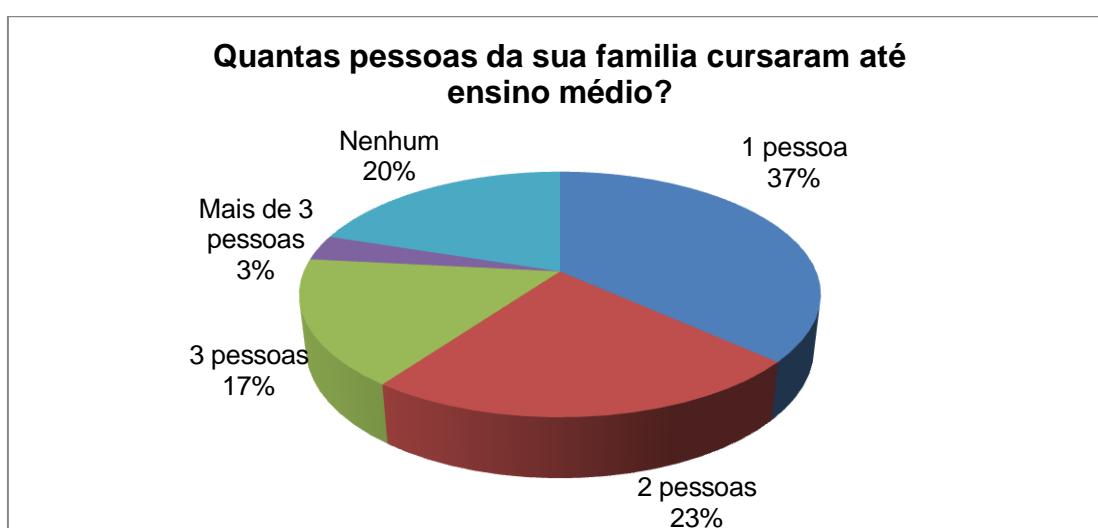
Em 47% das famílias entrevistadas duas pessoas concluíram apenas até o ensino fundamental, fato que é explicado pela idade média do produtor ser alta e pelo desinteresse em buscar novos conhecimentos (GRÁFICO 6). Em 37% das famílias apenas uma pessoa conclui o ensino médio e em 20% das famílias ninguém conclui o ensino médio (GRÁFICO 7).

Gráfico 6 - Escolaridade membros da família - Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Gráfico 7 - Escolaridade membros da família - Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela própria autora.

A seguir apresenta-se a estrutura da propriedade rural, principais produções e formas de comercialização e escoamento do produto produzido no campo.

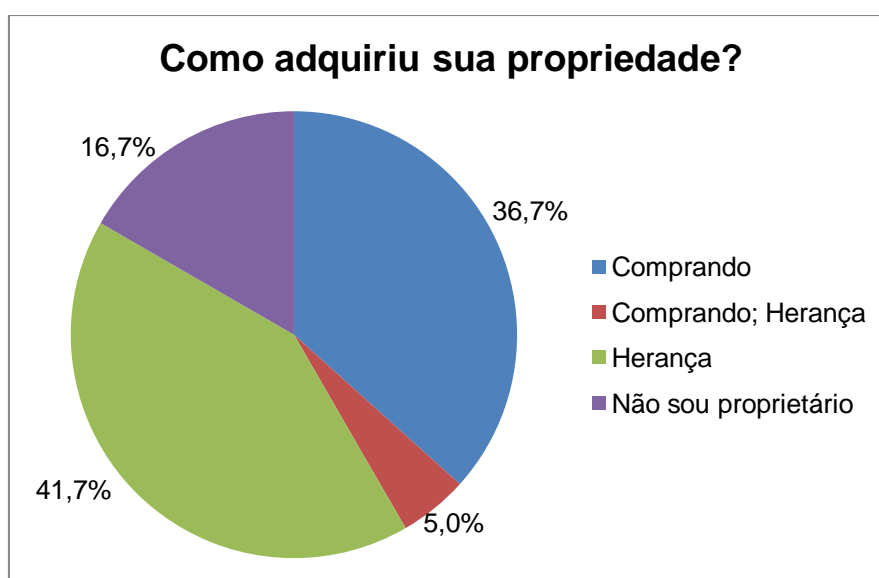
## 5.2 Estrutura das propriedades, produções e comercialização

Nesta subseção apresenta-se a estrutura das propriedades rurais, principais alimentos produzidos, fonte de renda dos produtores e suas respectivas formas de comercialização dos produtos.



A análise pelo qual o produtor adquiriu sua propriedade se obtém um resultado próximo entre aqueles que compraram 36,7% e aqueles que adquiriram por meio de herança 41,7% (GRÁFICO 8). Observa-se ainda que 16,7% dos entrevistados não são proprietários de terras. Para este ponto, têm-se duas explicações, famílias que apenas são arrendatários de terras ou tem contrato de comodato com os proprietários, ou no caso de filhos dos proprietários que apenas trabalham na propriedade. Para os 5% que responderam à pergunta com duas respostas, comprando e herança, estes possuem mais de uma área de terras, uma delas ganhou de herança e a outra comprou.

Gráfico 8 - Forma como a propriedade foi adquirida



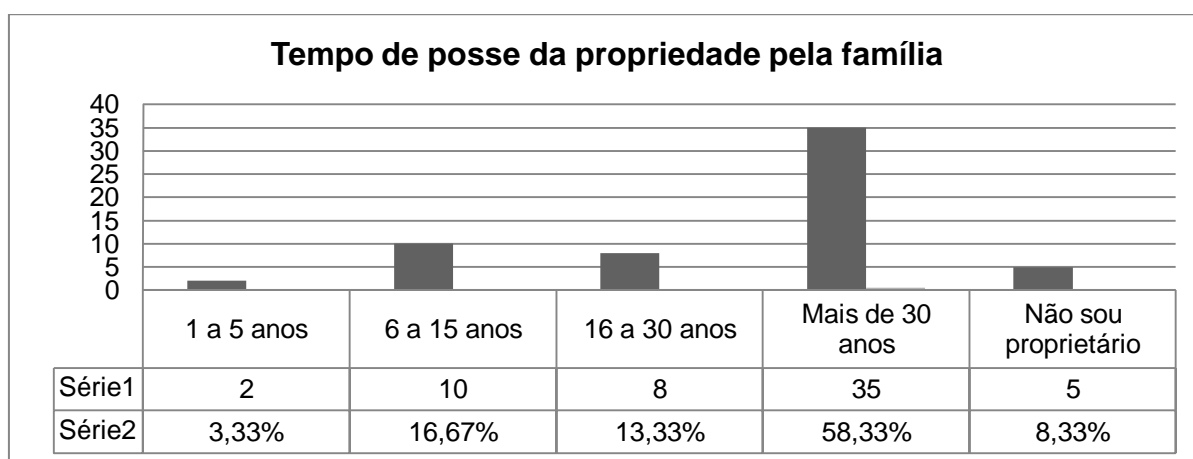
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Como destacado acima 41,7% dos entrevistados recebeu sua propriedade por herança. Observa-se que na agricultura familiar existe uma forte tradição, onde as propriedades são passadas de pais para filhos por meio de herança, dessa forma as mesmas se desenvolvem mantendo os filhos nas propriedades em substituição aos pais (MATTE, MACHADO, 2016). Conforme o autor, esta realidade vem mudando e começa a se perceber um êxodo rural, principalmente de jovens em busca de mais qualidade de vida e empregos melhores.

O tempo de posse da propriedade pela família é um fator que influencia na permanência do produtor rural no interior. De acordo com Oliveira (2015),

agricultores familiares e chefes de famílias, tem maior tendência para se fixar no campo. Tendo como base o GRÁFICO 9, percebe-se que em 58,3% dos casos a propriedade pertence à família mais de 30 anos. O período que varia entre 6 e 15 anos e 16 a 30 anos também mostram indicadores de 16,67% e 13,33% respectivamente.

Gráfico 9 - Tempo de posse da propriedade pela família



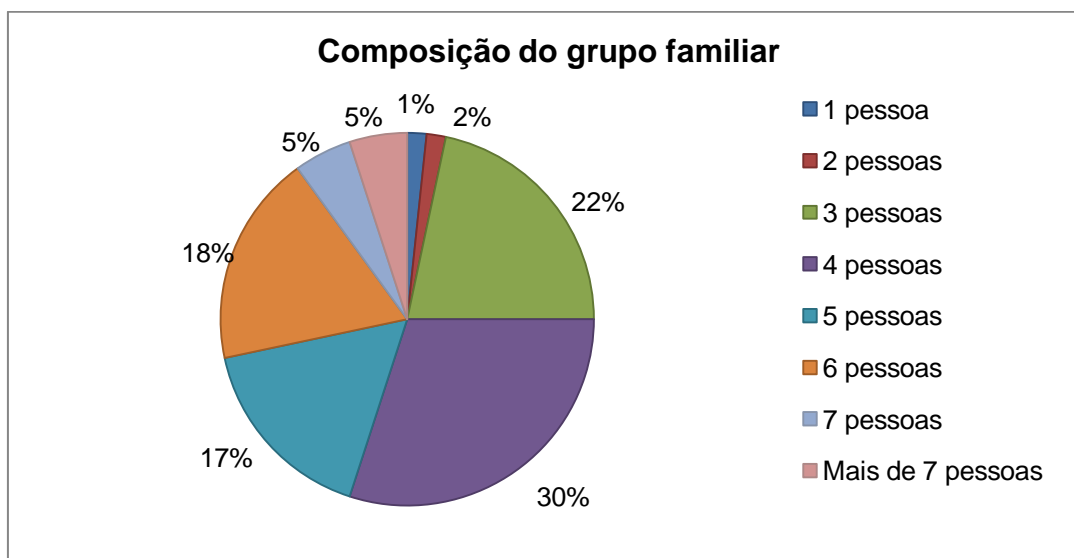
Fonte: Elaborado pela própria autora.

O agronegócio é importante para o desenvolvimento e fortalecimento da economia, porém o agricultor vem enfrentando dificuldades e necessitam de um grande investimento para dar continuidade na atividade (ARAUJO, 2013). O autor complementa, que devido estes fatos, apenas pessoas dispostas a investir ou que já tem a propriedade por muitos anos estão implantando melhorias nas mesmas. Em Imigrante-RS este ponto também pode ser verificado, pois a grande maioria das famílias possui a propriedade por mais de 30 anos e não as abandonam.

Para se ter uma base da estruturas das famílias que permanecem no meio rural, foi pesquisada a quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar. A pesquisa revela que 30% das famílias são compostas por quatro pessoas. Em 22% das respostas existem três pessoas e em 17% das famílias cinco pessoas (GRÁFICO 10). Chegando a uma média 3,75 pessoas por família. De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), verifica-se que a média das famílias brasileiras é de 3,3 pessoas. Comparando-se os dados coletados com a composição média das famílias no Brasil, percebe-se que em Imigrante a média de pessoas por família está acima da média nacional, porém é importante destacar que os valores

do censo demográficos não estão relacionados apenas a população rural, envolve também população urbana. Já o questionário envolve dados exclusivamente da zona rural.

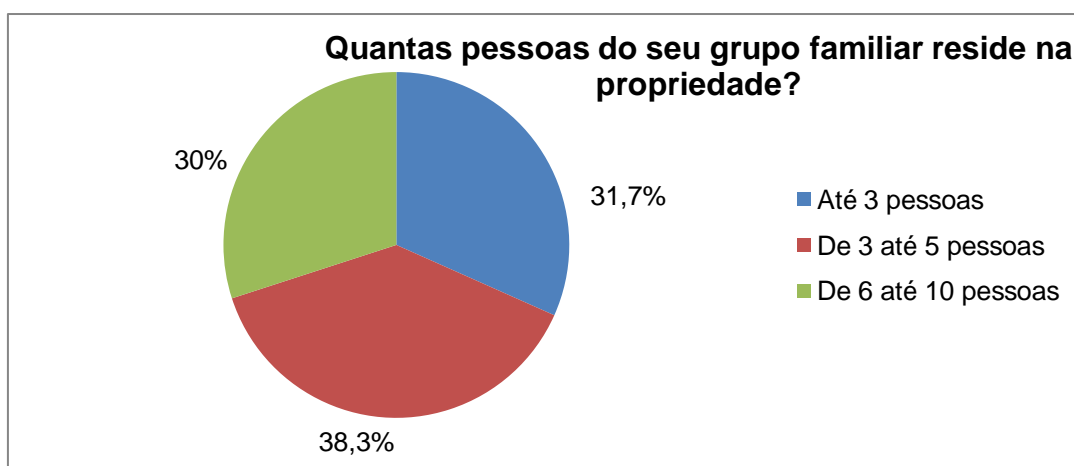
Gráfico 10 - Quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Os dados do Gráfico 10 revelam a composição do grupo familiar, ademais, apresentam-se resultados das pessoas que efetivamente residem na propriedade rural. Logo, percebe-se que 31,7% das famílias têm até três pessoas morando na propriedade e 38,3% das famílias possuem entre três e cinco moradores, 30% mais de seis moradores (GRÁFICO 11).

Gráfico 11 - Número de pessoas que residem na propriedade

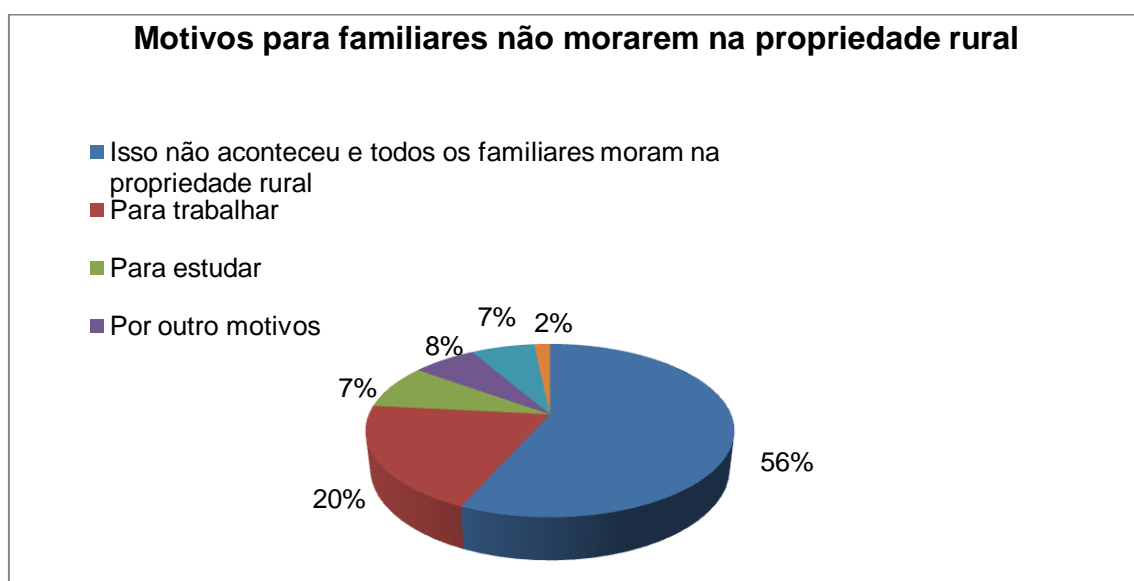


Fonte: Elaborado pela própria autora.

Verifica-se que o número de agricultores que realmente moram na propriedade diminuiu um pouco comparado com a composição das famílias. Para tentar explicar este fato foi feito o seguinte questionamento para os respondentes: Quais seriam os principais motivos para seus familiares não morarem na propriedade?

Para a maioria 56% dos respondentes, verificou-se que não houve alteração no número de familiares, todos permanecem trabalhando e morando na propriedade. Na família dos demais respondentes houve alteração na quantidade de residentes, em 20% dos casos os motivos estão associados à busca por melhores condições de trabalho e 7% para estudar (GRÁFICO 12). As demais respostas estão atreladas a outros motivos menos significantes como busca por conforto, internet, diversão, etc.

Gráfico 12 - Motivos para familiares não morarem na propriedade rural



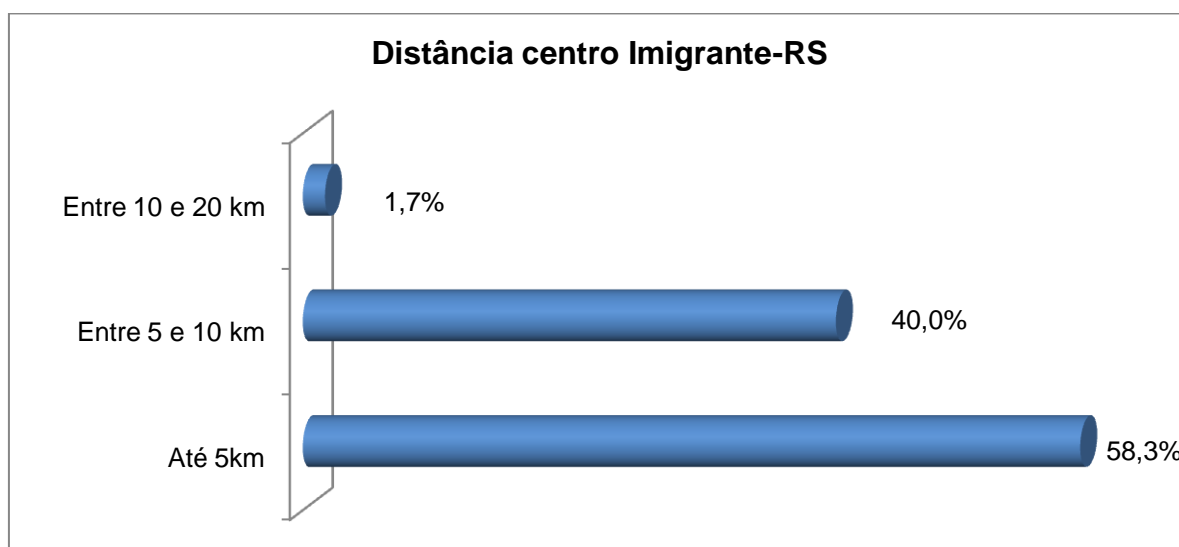
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Os principais motivos para que os jovens deixem as propriedades está relacionado com as condições de trabalho e a difícil sobrevivência da agricultura familiar, principalmente por se tratar de um serviço que exige mais horas de trabalho e é pouco recompensado financeiramente. Outros motivos relacionam-se com a falta de lazer e busca por melhor qualidade de vida nos centros urbanos (ZAGO, BORDIGNON, 2012).

A distância entre a propriedade rural e sede do município de Imigrante-RS,

não é uma questão relevante, pois a maioria dos entrevistados, 58,3% mora a menos de 5 km do centro, 40% entre 5 e 10 km do centro e 1,7% entre 10 e 20 km (GRÁFICO 13). Em relação a esta pergunta percebe-se que ela não tem uma ligação muito forte com a forma de comercialização dos produtos produzidos nas propriedades, pois a produção é recolhida diretamente por empresas e ou cooperativas que ficam em outros municípios vizinhos.

Gráfico 13 - Distância entre propriedade e centro de Imigrante - RS



Fonte: Elaborado pela própria autora.

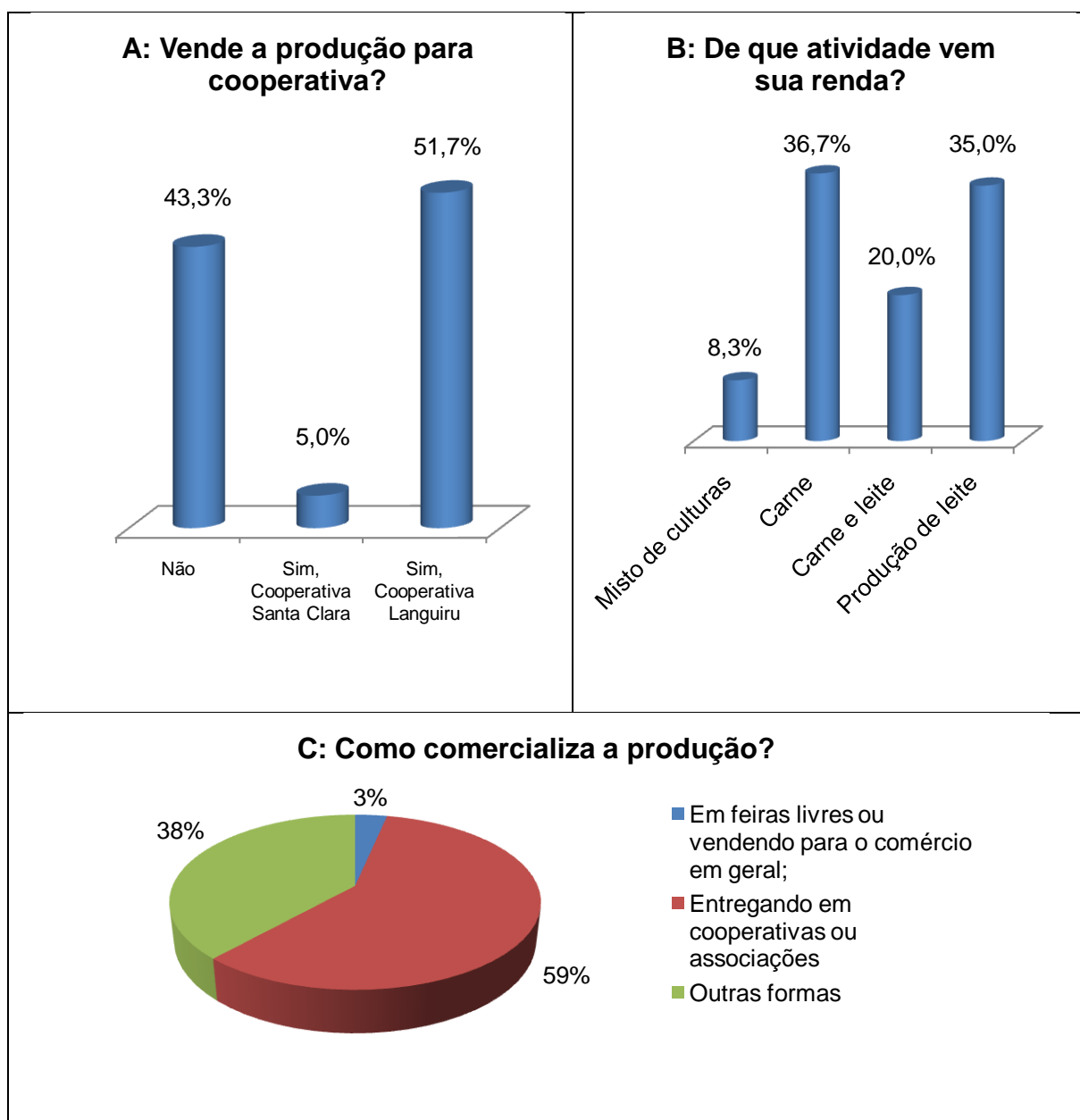
Observa-se que no município de Imigrante existe uma forte cultura de entregar a produção para cooperativas de produção, que são a Cooperativa Languiru e a Cooperativa Santa Clara. Esta cultura já vem de alguns anos e vem sendo passada de pais para filhos ao longo das gerações. Em alguns relatos produtores falam que ajudaram a fundar as cooperativas e isso é motivo de muito orgulho para eles.

O cooperativismo surgiu como uma alternativa que produtores e trabalhadores encontram para tentar mudar a realidade difícil que estavam passando, assim, resolveram se unir para formar as cooperativas, buscando melhores condições de trabalho, maior renda e melhor qualidade de vida e a gerência eram feita pelos próprios integrantes dos grupos (CASTRO; SILVA; VIANA, 2011).

Verifica-se que 51,7% dos respondentes entregam sua produção (leite, suínos

e frangos) para Cooperativa Languiru, que é mais presente no município (GRÁFICO 14A). Outros 5% para Cooperativa Santa Clara, os demais 43,3% não trabalham com cooperativas, entregam sua produção para empresas como a BRF Foods, JBS e leite para Laticínios Cenci ou Stefenon Alimentos.

Gráfico 14 - Forma de comercialização da produção



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Entre as principais culturas que proporcionam a renda dos produtores rurais pode-se destacar a produção de carnes (gado, frango e suínos), leite e derivados e misto de culturas. Em Imigrante 36,7% das famílias produzem carnes, 35%

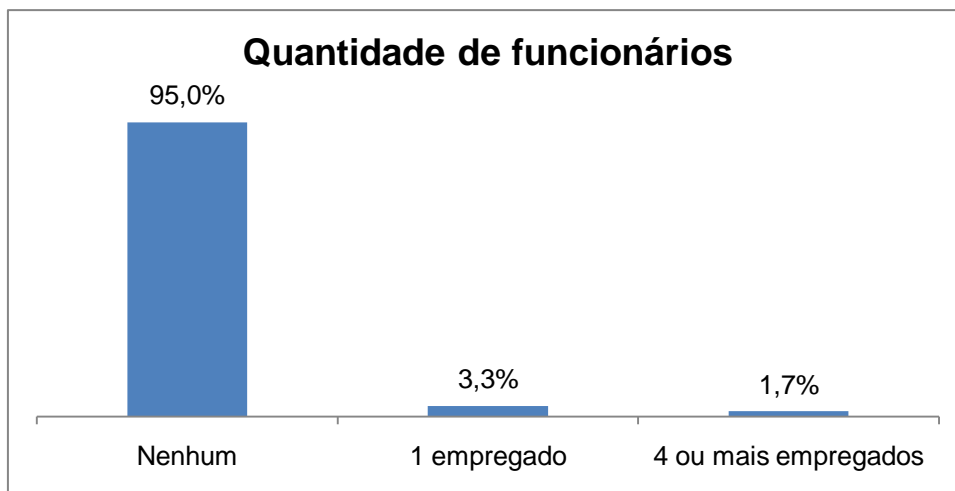
produção de leite, 8,3% um misto de culturas e 20% produção conjunta de carne e leite (GRÁFICO 14B).

A análise das propriedades revela que na maioria das propriedades não existe apenas um tipo de cultura, verifica-se em muitos casos a produção de leite em conjunto com criação de aves ou suínos. Se em algum momento da economia alguma cultura não vai bem o produtor tem uma segunda opção de renda. Observa-se também no município a existência de muitos produtores aposentados, sendo o benefício como uma segunda opção de renda. Existe uma preocupação muito grande em ter uma segunda renda para eventuais imprevistos que podem acontecer na economia. Ribeiro (2016) complementa o que foi citado, enfatizando que a ideia não é apostar todas as moedas em uma única atividade, é preciso diversificar as fontes de renda.

O Gráfico 14C demonstra que a principal forma de comercialização dos produtos no município de Imigrante é por meio de Cooperativas e associações, dos entrevistados 59% entrega para cooperativas e associações que já foram citadas anteriormente que são a Santa Clara e Languiru. Os 38% que responderam que vendem de outras formas entregam a produção para empresas como JBS, BRF, Laticínios Cenci e Stefenon Alimentos. Também existe uma pequena parcela de 3% que vende a produção em feiras, que é o caso da feira do produtor rural que acontece uma vez por semana no município. Nestas feiras são comercializados os alimentos produzidos nas propriedades, como por exemplo, morango, hortaliças, verduras, batata, aipim, entre outras.

O Gráfico 15 demonstra a quantidade de empregados, trabalhadores que não pertencem ao grupo familiar do proprietário, que trabalham na propriedade. Os dados mostram que em 95% das propriedades (57 entrevistados) não existe nenhum empregado, todo trabalho é executado pelos familiares e em alguns casos contrata-se empresa que presta serviço como horas de trator para plantio e colheita da produção. A baixa contratação de funcionários no meio rural é devido à estrutura das propriedades geralmente serem pequenas e por falta de recursos para manter um funcionário, principalmente devidos os encargos que devem ser pagos (OLIVEIRA, 2015).

Gráfico 15 - Quantidades de empregados na propriedade rural



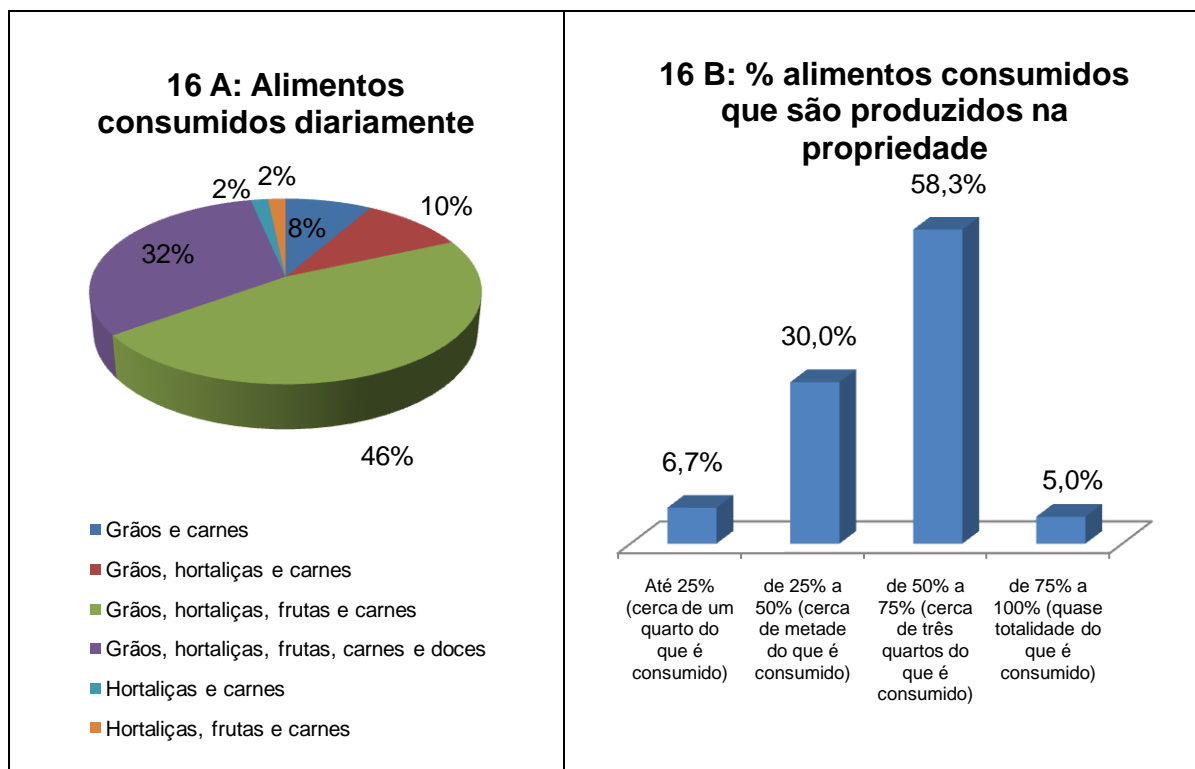
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quanto aos hábitos alimentares dos respondentes, pode-se perceber que um número considerável 46% alimenta-se principalmente de grãos, hortaliças, frutas e carnes. Alimentos como doces e produtos industrializados são menos consumidos, isso mostra que existe qualidade na alimentação dos respondentes (GRÁFICO 16A). Além disso, é possível visualizar que na família de 58,3% dos entrevistados entre 50 e 75% dos alimentos que são consumidos são oriundos da própria propriedade (GRÁFICO 16B).

Viver em ambientes com ar puro e manter uma alimentação de qualidade, com alimentos naturais com reduzido uso de agrotóxicos são fatores que contribuem para uma qualidade de vida melhor (HERCULANO, 2000). Como pode ser observado no Gráfico 16, em Imigrante-RS o produtor está consumindo um alimento natural, com um custo muito baixo, pois ele mesmo o produz.



Gráfico 16 - Hábitos alimentares na propriedade rural



Fonte: Dados de pesquisa, adaptado pela autora.

### 5.3 Relação do crédito rural com renda e qualidade de vida

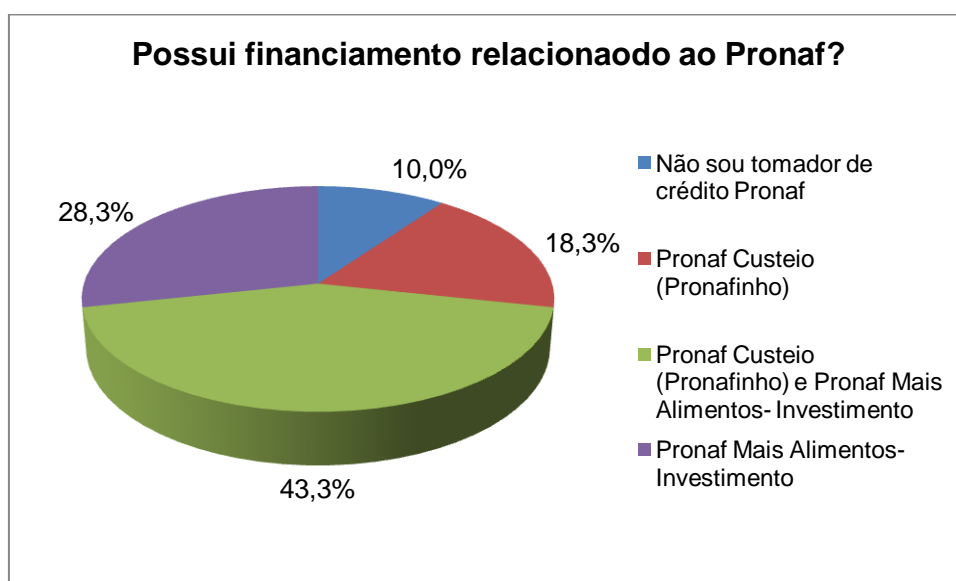
Nesta subseção detalha-se as principais linhas de crédito rural que são utilizadas pelos agricultores e a percepção dos mesmos relação aos investimentos que foram feitos na propriedade, avaliando se houve melhora em relação a renda e qualidade de vida.

Os produtores utilizam alguma linha de crédito relacionado ao Pronaf, dos quais: 43,3% dos entrevistados utilizam simultaneamente duas linhas de crédito rural Pronaf (custeio e Mais Alimentos Investimento) (GRÁFICO 17). O Custeio tem a finalidade de custear as despesas que o produtor tem para manter sua produção, ele pode ser agrícola que abrange as despesas com plantio ou pecuário que pode ser compra de silagem, ração, etc. para alimentação do gado (MCR, 2016). O Pronaf Investimento no município de Imigrante-RS geralmente é usado para construção de aviários, pocilgas, compra de implementos agrícolas, tratores, investimentos em

ordenhadeiras canalizadas e tanques de resfriamento de leite, etc.

Observa-se que 18,3% utilizam apenas o Pronafinho (Custeio), 28,3% utiliza individualmente a linha Mais Alimentos Investimentos para efetuar melhorias nas estruturas da propriedade. Outros 10% nunca utilizaram alguma linha de crédito vinculada ao Pronaf e os demais, que representam 43,3% utilizam simultaneamente o Pronaf investimento e custeio (GRÁFICO 17).

Gráfico 17 - Tomador de crédito Pronaf



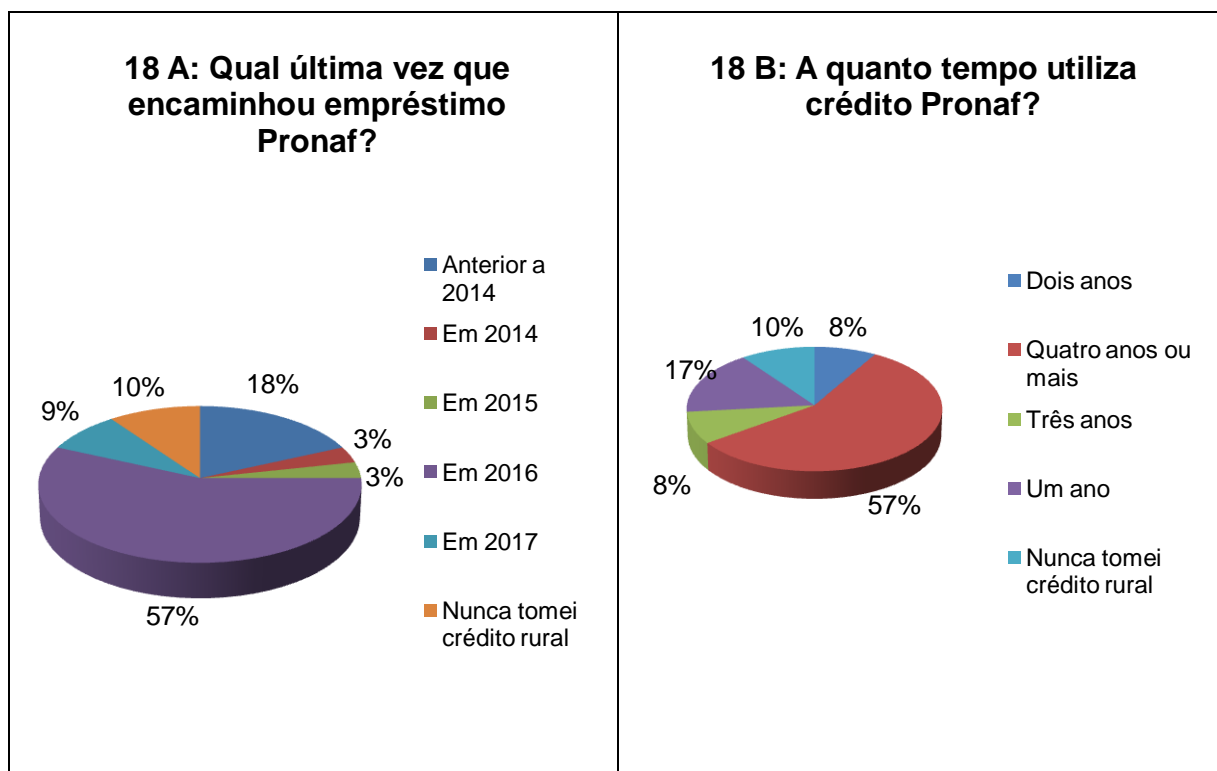
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Verifica-se que 57% dos respondentes encaminharam pela última vez um empréstimo vinculado ao Pronaf no ano de 2016 (GRÁFICO 18A). Para este fato podem existir duas explicações, a primeira que o crédito contratado foi um custeio que tem vencimento anual e pode ser renovado a cada ano, e a segunda o produtor investiu no último ano em sua propriedade comprando algum implemento, trator, ou na construção/modernização de estruturas como aviários, pocilgas e ramo leiteiro. Além disso, 10% nunca utilizou nenhuma linha de crédito rural, os demais encaminharam no ano de 2017 ou ano anterior a 2015.

Também percebe-se que 57% dos entrevistados já utilizam o crédito Pronaf a mais de quatro anos (GRÁFICO 18B). Verifica-se que o agricultor vem aproveitando os incentivos que o governo está oferecendo, nas últimas duas décadas, BNDES tem dado uma atenção maior aos pequenos produtores rurais com programas como

o Mais Alimentos que são financiamentos em longo prazo que tem garantido recursos com taxas e prazos compatíveis (PEREIRA; ARBAGE, 2012). Com isso, os pequenos produtores rurais têm contratado em maior volume recursos através das linhas de crédito rural Pronaf.

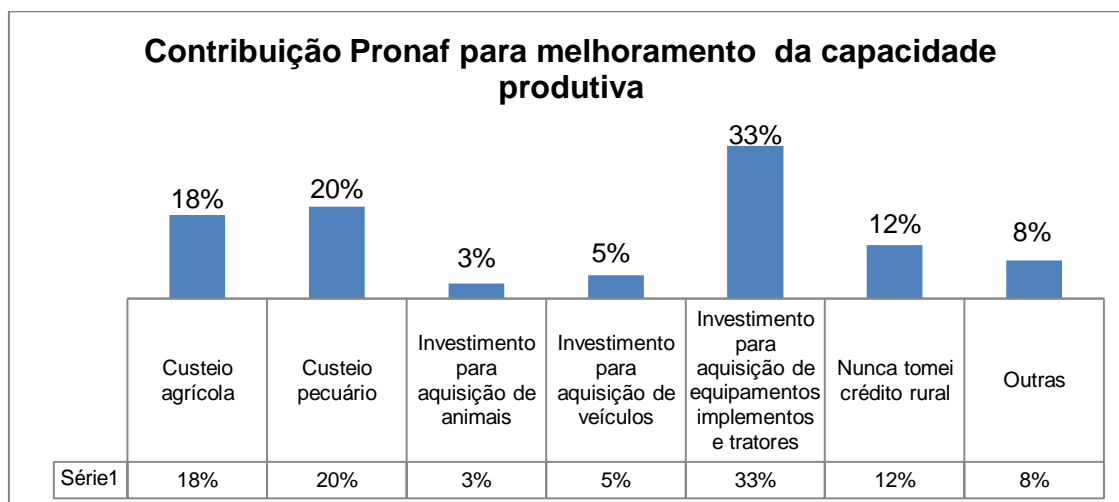
Gráfico 18 - Utilização do crédito Pronaf



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Analisando quais foram as contribuições do crédito rural Pronaf nos últimos 13 anos para melhoramento da capacidade produtiva, verifica-se que os agricultores dão muita importância para a compra de tratores e implementos. Este item representa 33% das respostas, logo em seguida estão praticamente empatados os resultados de custeio agrícola e pecuário 18% e 20% respectivamente (GRÁFICO 19). Apesar da forte presença da produção de leite e bovinos corte no município percebe-se que o produtor atribui maior importância para compra de trator do que para o custeio da alimentação do gado e plantio da lavoura. Uma possível resposta para este fato pode ser que em Imigrante-RS o agricultor tem terras férteis produzindo alimento suficiente para alimentação do gado diminuindo custos com compra de ração.

Gráfico 19 - Contribuição do Pronaf para melhoramento da capacidade produtiva



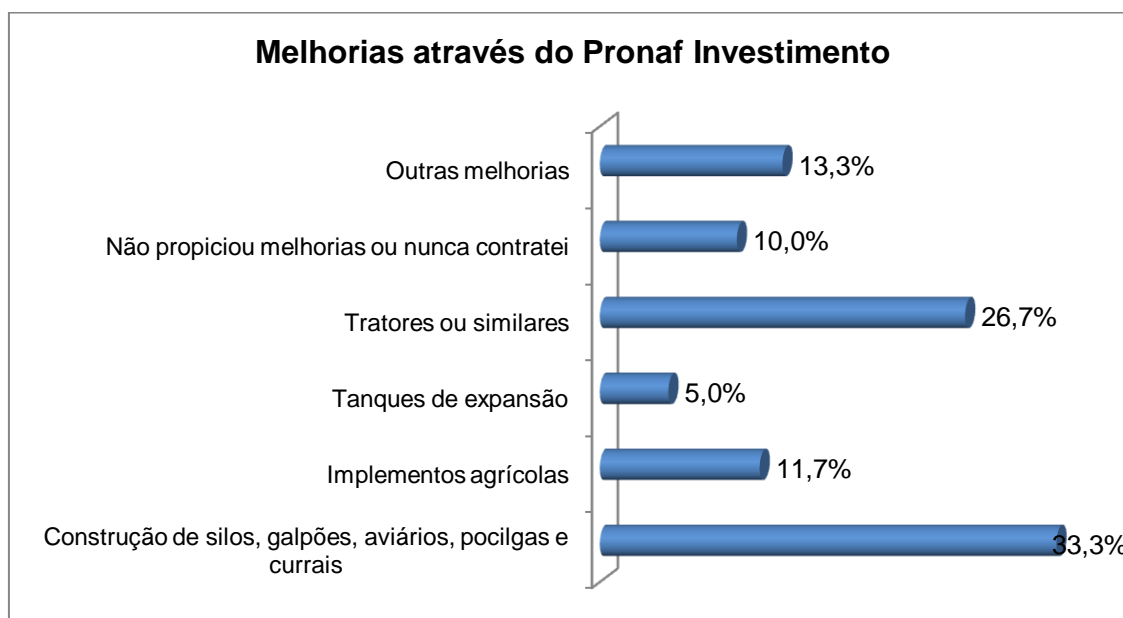
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Somente se tratando do crédito rural Investimento que é representado principalmente pelo Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Mulher, foram questionadas quais foram as principais melhorias que o crédito Pronaf trouxe à propriedade. Para 33,33% dos respondentes a principal melhoria foi para construção de silos, galpões, aviários, pocilgas e estrebarias, fato que se explica devida as principais produções do município de Imigrante serem de leite, suínos e frangos (GRÁFICO 20). Para o Ibase (2006) as famílias precisam buscar alternativas para incrementar a produção e efetuar melhorias nas estruturas para resultar um aumento na renda. Logo em seguida com 26,7% está a compra de tratores, fato que tem muita importância para o produtor rural conforme já comentando na questão anterior. Os tratores conforme relatos dos respondentes trazem mais facilidade para o dia-a-dia no campo, reduz o esforço físico necessário para desenvolver as atividades e ainda reduz despesas com empresas terceirizadas para prestação de serviços, como exemplo, plantio e colheita de milho.

Um número menor revela que o crédito rural proporcionou a compra de implementos agrícolas, tanques de expansão para modernização das estruturas produtivas de leite. Outros não utilizam nenhuma linha de crédito rural e para 13,3% acreditam que o crédito rural trouxe outros tipos de melhorias, nesta podem citar os produtores que tem outros tipos de culturas, por exemplo, laranjas, frutas, verduras e

hortaliças (GRÁFICO 20). Nestes casos são construídos galpões de estoques, câmeras frias e estufas para plantio das verduras e frutas.

Gráfico 20 - Melhorias proporcionadas pelo Pronaf Investimentos

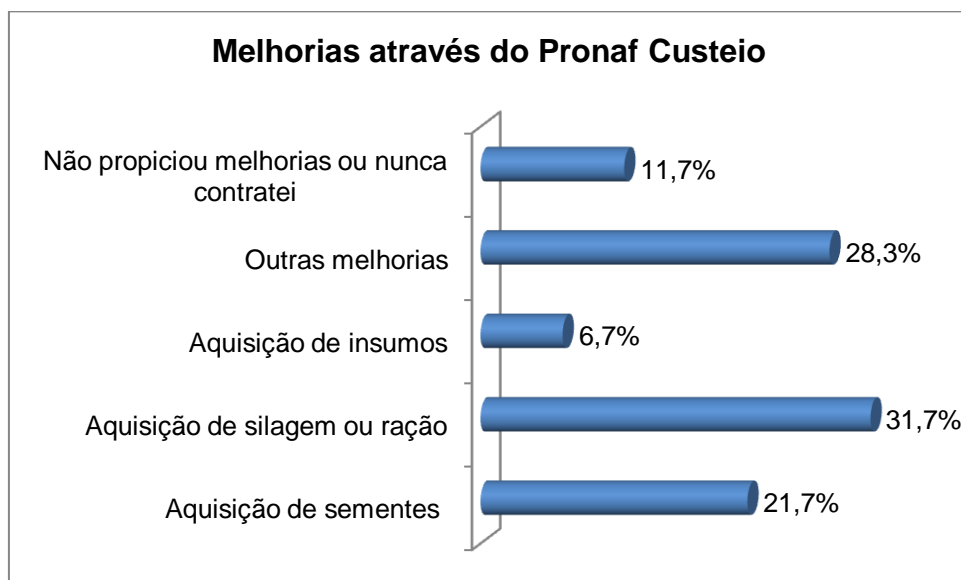


Fonte: Elaborado pela própria autora.

Tratando-se apenas da modalidade de custeio pode-se citar que a principal melhoria que representa 31,7% foi a possibilidade de financiar com taxas menores a compra de silagem e ração usada na alimentação do gado (GRÁFICO 21). Mesmo que as propriedades tenham capacidade de produzir os alimentos necessários para alimentação do seu plantel, em alguns casos é necessário complementar a alimentação do gado com rações e silagem ou mesmo quando as condições climáticas não favorecem o crescimento do pasto que é utilizado.

Para 6,7% o crédito custeio proporciona a possibilidade de compra dos insumos e 21,7% para compra de sementes que são utilizados no plantio do pasto que será usado para alimentação do gado. Outros 28,3% consideram que o custeio proporcionou outros tipos de melhorias que não foram discriminadas às melhorias. Outros 11,7% não são considerados tomadores de crédito (GRÁFICO 21).

Gráfico 21 - Melhorias através do Pronaf Custeio



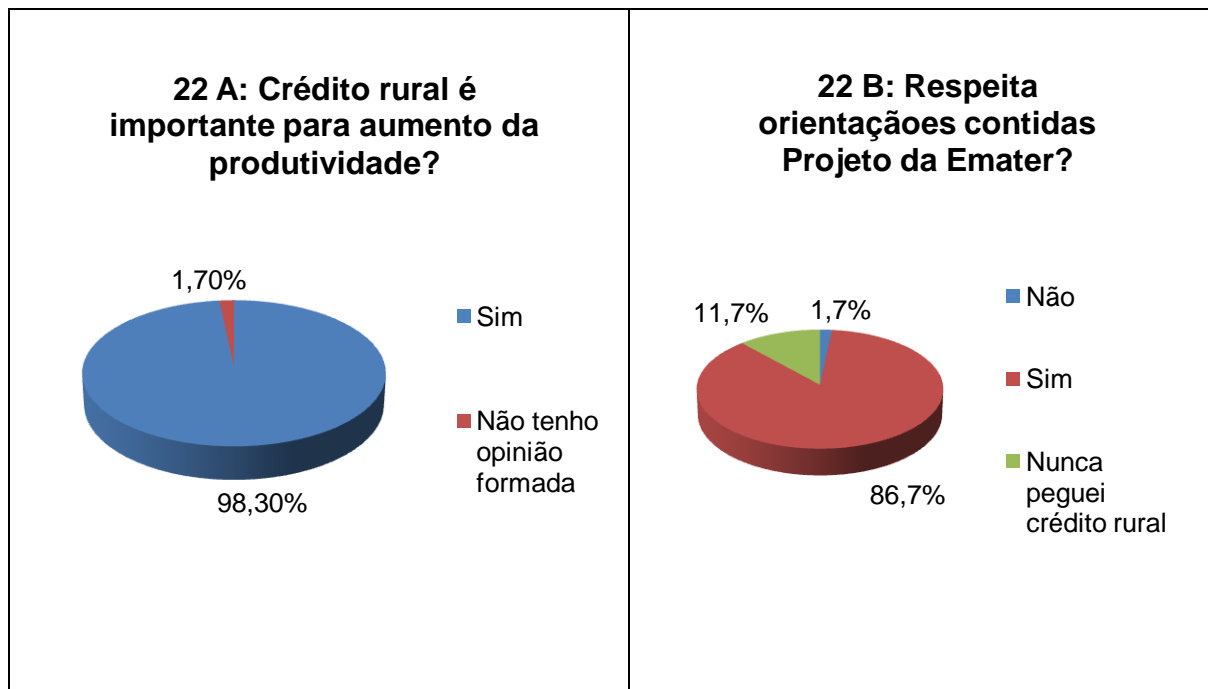
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quando questionado se o entrevistado acredita que seja importante o crédito rural para impulsionar, melhorar ou aumentar a produtividade obteve-se 98,3% das respostas “sim” e 1,7% que informaram não ter opinião formada (GRÁFICO 22A). Isso demonstra que o pequeno produtor tem conhecimento em relação ao funcionamento das linhas de crédito rural, e as utiliza para financiar suas atividades agrícolas com taxas diferenciadas.

Parcerias feitas com organizações de assistência técnica e extensão rural, instituições financeiras, sindicatos e prefeituras têm ajudado no desenvolvimento da produção trazendo qualidade de vida para famílias do meio rural e a possibilidade de agregar renda e empregos no campo (EMATER PR, 2016). Este autor ainda destaca que a Emater é incumbida pela elaboração dos projetos e qualificação do crédito rural, mostrando a capacidade produtiva dos agricultores que é exigida pelas instituições financeiras para liberação do crédito. Neste contexto, foi questionado aos respondentes se ele respeita as orientações contidas no projeto elaborado pela Emater que deve ser apresentado às instituições financeiras quando solicitado crédito, 86,7% responderam que sim, que respeitam as orientações, 1,7% respondeu que não respeita as orientações e 11,7% responderam que não são

tomadores de crédito (GRÁFICO 22B).

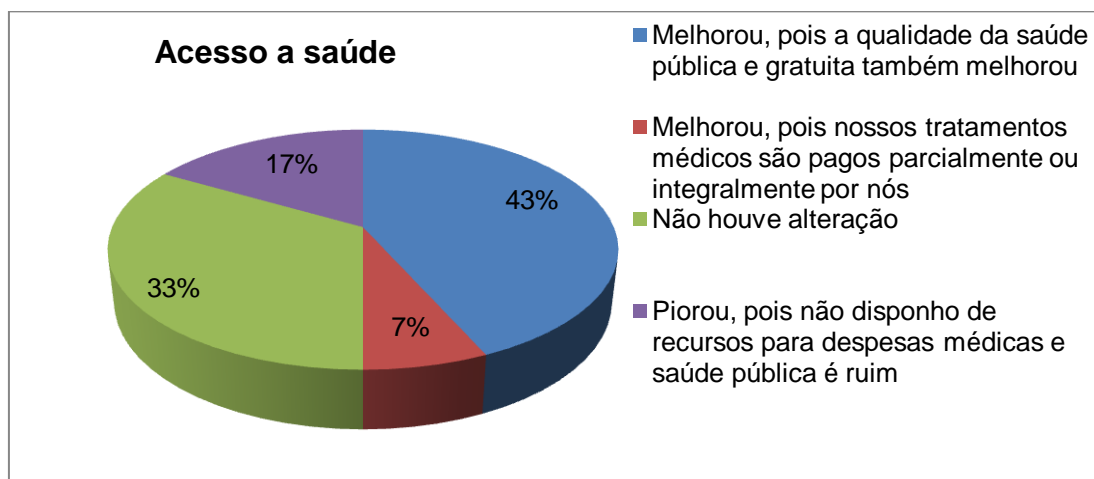
Gráfico 22 - Ralação crédito rural com produtividade e orientação Emater



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Baseando-se no acesso a saúde e melhorias que foram instituídas nas propriedades nos últimos 13 anos que proporcionam melhores condições de vida para os envolvidos, observa-se que 43% dos respondentes classifica que sua saúde melhorou, pois também houve melhora na qualidade da saúde pública e gratuita. Para 33% não houve alteração, a saúde permanece nas mesmas condições que anos anteriores. Outros 7% responderam que houve melhora, pois os tratamentos médicos são pagos parcialmente ou integralmente pelos próprios produtores, nestes casos, possuem algum plano de saúde particular ou acabam pagando por suas consultas médicas e despesas que tem com saúde, não dependendo da saúde pública (GRÁFICO 23).

Gráfico 23 - Acesso a saúde



Fonte: Elaborado pela própria autora.

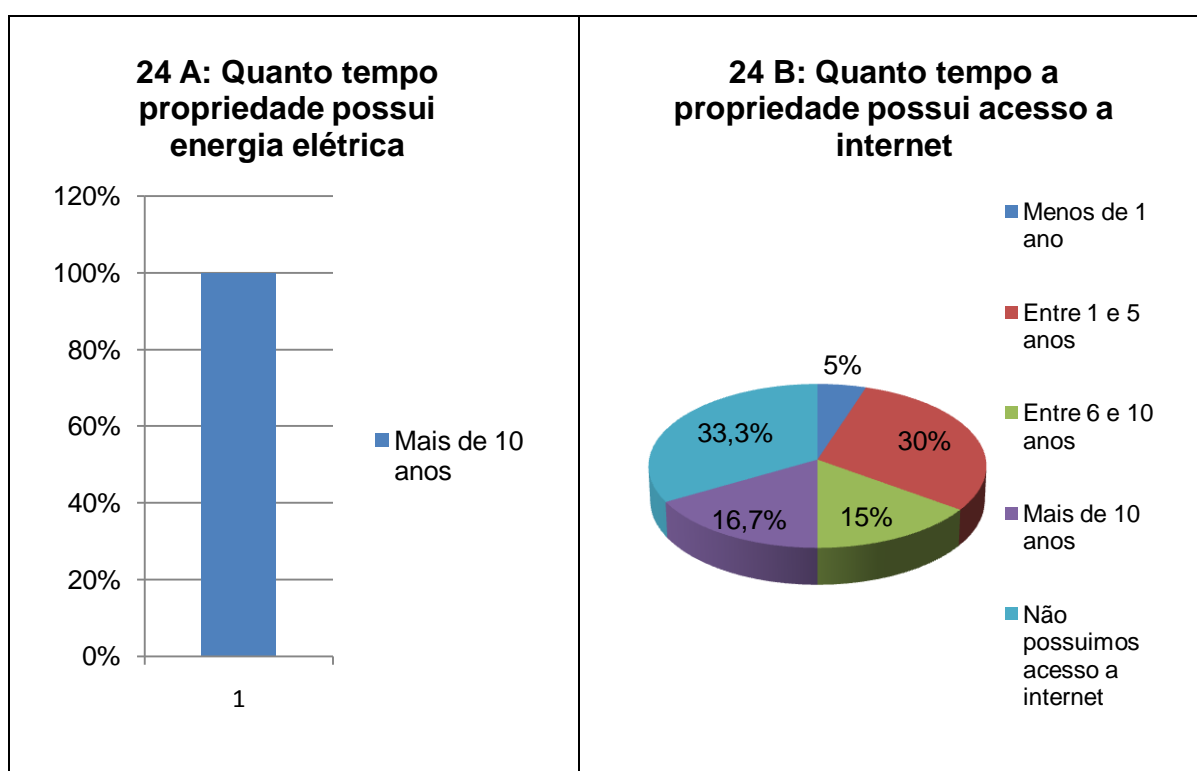
De acordo com Munk (2016) o assunto saúde pública é muito polêmico, causando muito descontentamento para os que necessitam. O autor destaca que o envelhecimento da população juntamente com o aumento dos custos com despesas médicas mostra que é preciso encontrar soluções para mudar o funcionamento do sistema de saúde no País, é necessário aumentar a produtividade, preocupando-se com a segurança dos pacientes e profissionais da saúde. Contudo, problemas sempre existirão, mas os benefícios poderão ser percebidos em curto prazo. Em Imigrante como já visto em questionamento anterior percebe-se um envelhecimento da população como destacado por Munk (2016), mas como o município é pequeno torna-se fácil contornar assuntos que causam descontentamento quanto à saúde.

A implantação de energia elétrica pode ser entendida como um marco importante para o desenvolvimento das propriedades e melhoria na qualidade de vida dos respondentes. Em Imigrante-RS, todas as famílias, 100% dos respondentes relatam que existe a energia elétrica mais de dez anos na propriedade (GRÁFICO 24A). Para Vieira (2011) a energia elétrica no meio rural tem importância tanto no ponto econômico como social. No aspecto social possibilita mais conforto ao homem do campo evitando que ele migre para centros urbanos. No ponto econômico a energia contribui para o aumento da qualidade dos produtos agrícolas, reduzindo custos de produção, além da viabilidade de acesso a novas tecnologias que possibilitam a realização do trabalho com mais eficiência e rapidez.



Por meio de relatos obtidos com os respondentes do questionário, verifica-se que a qualidade do fornecimento de energia elétrica no município de Imigrante não é boa. Ocorrem quedas de energia frequentemente, além da demora para restabelecimento, o fato torna-se um problema principalmente para produtores de leite que precisam o resfriar e também para produtores de frangos que precisam ventilar o ambiente em dias de calor. Para tanto os produtores vem investindo na compra de geradores de energia para tentar sanar este problema e evitar grandes perdas de produção. Estes geradores podem ser financiados pelo Pronaf Mais Alimentos (GRÁFICO 24B).

Gráfico 24 - Acesso a energia elétrica e internet



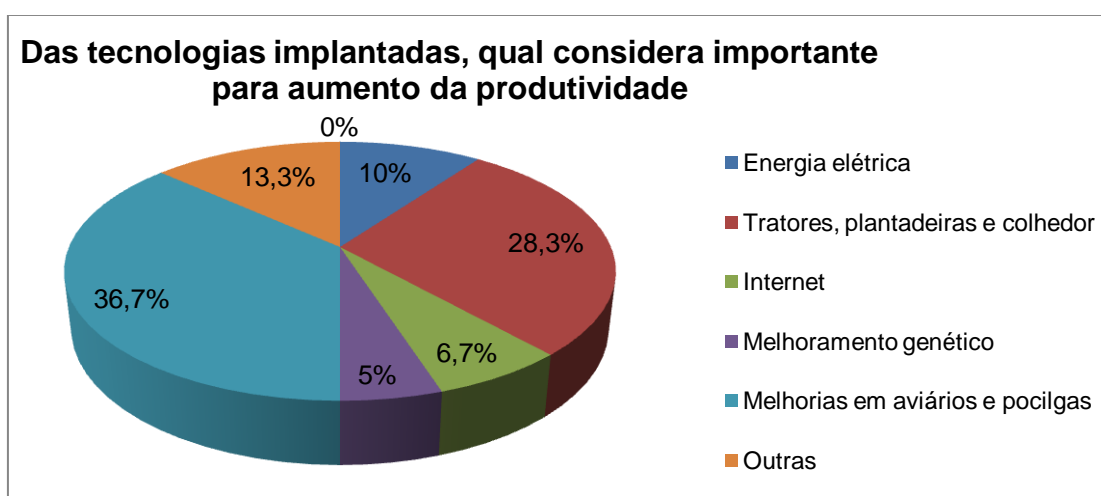
Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quanto ao acesso à *internet*, que é considerado um item que gera qualidade de vida e conforto, percebe-se que esta tecnologia vem se tornando mais frequente nos município nos últimos anos, porém em 33,3% das famílias ainda não existe acesso a *internet*. O fato explica-se devido à maior parte dos respondentes possuírem idade superior a 51 anos, faixa etária onde se observa que existe maior resistência em buscar acesso a novas tecnologias. Verifica-se que nas famílias onde existem jovens morando na propriedade já existe acesso a internet. Em 5% das

famílias respondentes existe internet há um ano, em 30% entre um e cinco anos, em 15% entre seis e dez anos e em 16,7% das famílias respondentes existe *internet* mais de dez anos.

De forma mais ampla, questionou-se os respondentes qual é a tecnologia que foi implantada nos último 13 anos na propriedade que considera mais importante para o aumento da produtividade na propriedade. Entre as respostas 36,7% destacou que a principal melhoria foi nas estruturas de aviários e pocilgas, para 28,3% foi a compra de tratores, plantadeiras, colheitadeiras e demais implementos que podem ser acoplados ao trator. Para apenas 10% a energia elétrica foi mais importante, além disso, 5% destacam o melhoramento genético de animais e técnicas de manejo e 13,3% acreditam que foram outras tecnologias ou preferiram não citar (GRÁFICO 25).

Gráfico 25 - Tecnologias implantadas nos últimos 13 anos que considera importante para aumento da produtividade

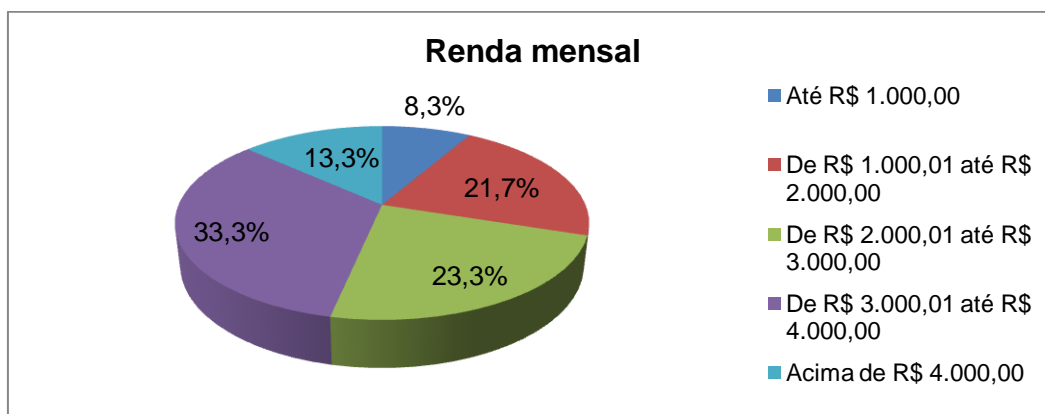


Fonte: Elaborado pela própria autora.

O Gráfico 26 demonstra a renda média que o produtor possui no ano de 2017, verifica-se que a minoria apenas 8,3% declarou possuir uma renda de até R\$ 1.000,00. A maior parte representando 33,3% declarou possuir renda entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00, que representa uma renda considerada abaixo do padrão nacional que é avaliada em 4,5 salários mínimos por unidade de produção, ou seja, R\$ 4.216,50, porém é visível que esta renda varia de acordo com o tipo de atividade que a propriedade desenvolve (MIOTTO; RAMBO; FLACH, 2016). Ademais, 13,3%

respondentes ainda declararam possuir renda acima de R\$ 4.000,00. Além disso, 21,7% declaram possuir renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 e os demais que representam 23,3% estão entre a faixa de R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00.

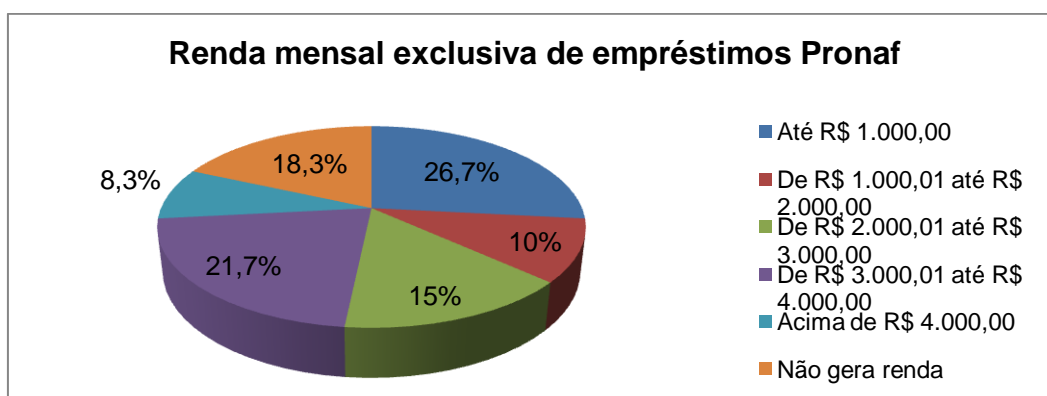
Gráfico 26 - Renda media mensal em 2017



Fonte: Elaborado pela própria autora.

No Gráfico 27 apresenta-se os resultados da renda média mensal que é gerada exclusivamente pela aplicação de empréstimos da linha Pronaf. Verifica-se que 26,7% possui uma renda proveniente recursos vinculados ao Pronaf de até R\$ 1.000,00. Renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 é representada por 10% dos respondentes, renda entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 representa 15%. Além disso, a renda de 21,7% é considerada entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00. Já os 8,3% que declararam possuir renda superior a R\$ 4.000,00 provenientes de Pronaf representam a minoria. Também existe 18,3% que responderam que o Pronaf não gera renda, este percentual é representado pelos não tomadores de crédito rural.

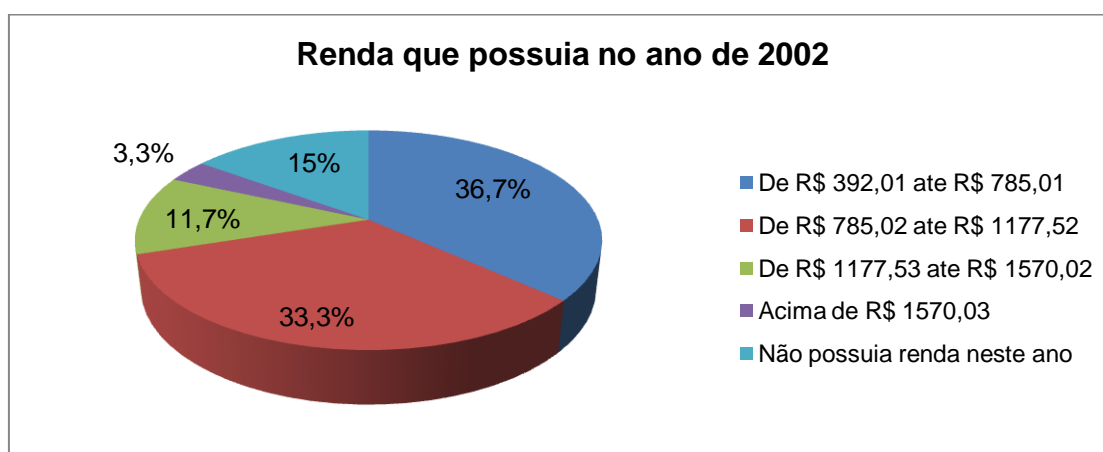
Gráfico 27 - Renda média mensal exclusiva de Pronaf



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Também foi questionado aos respondentes, qual era renda no ano de 2002, dado usado para possibilitar a realização de um comparativo entre a renda daquele ano para a renda atual. Verifica-se que para 33,3% a renda era de R\$ 785,02 até R\$ 1177,52 (valor equivalente a R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 no ano de 2015). Comparando com a renda do ano de 2017 a renda média da maior parte das famílias ficou entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00, isso significa dizer que na maioria das famílias a renda média aumentou em torno de R\$ 1.000,00 de 2002 para 2017 (GRÁFICO 28).

Gráfico 28 - Renda média mensal no ano de 2002



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Simioni (2013) destaca que a renda das famílias tem apresentado uma melhora histórica, que tem relação com as estratégias que são desenvolvidas na propriedade, relacionando com fatores do ambiente externo e da própria propriedade. Além disso, fator que torna-se decisivo para aumento da receita da família é a diversificação das fontes de rendas (PERONDI; SCHNEIDER, 2011). Silva (2001) complementa que a pluriatividade possibilita diferentes formas de diversificação na propriedade proporcionando melhoria na renda devido ao aumento de produtividade que é proporcionado a partir de empréstimos como o Pronaf.

Após analisar e verificar os resultados da pesquisa seguem as conclusões finais referente ao assunto.

## 6 CONCLUSÃO

A agricultura familiar é fonte da maior parte dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros, além de ser o setor que mais contribui para o aumento do PIB do país. É por meio de incentivos como o Pronaf, que o governo disponibiliza recurso com taxas de juros mais atrativas para investimento e desenvolvimento das propriedades rurais. Este recurso permite a modernização e automação das propriedades aumentando a renda e qualidade de vida aos produtores rurais.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo foi analisar as percepções sobre o crédito rural em função do Pronaf, na visão dos produtores rurais do município de Imigrante-RS, no âmbito de geração de renda e qualidade de vida nas propriedades rurais.

Entre os resultados obtidos em torno da estrutura da propriedade e renda das famílias conclui-se que: 41,7% das propriedades foram adquiridas por meio de herança, que demonstra uma forte cultura de sucessão na propriedade. Fato que também pode ser verificado pelo tempo de posse das propriedades serem superior a 10 anos. Todas as propriedades possuem energia elétrica a mais de 10 anos, que possibilita sua mecanização. Além disso, observa-se que 98,3% das propriedades ficam a menos de 10 km da sede do município de Imigrante, facilitando o escoamento da produção. Quanto a situação econômica conclui-se que maioria representada por 33,3% dos respondentes recebem entre R\$ 3.000,01 e R\$ 4.000,00, a minoria 8,3% declaram receber até R\$ 1.000,00, os demais ficam na faixa de R\$1.000,00 e acima de R\$ 4.000,00.

A principal fonte de renda dos agricultores beneficiados pelo Pronaf é oriunda da produção de leite, suínos e frangos de corte. Alguns casos produção de laranjas

hortaliças e morangos. Esta produção é entregue principalmente para cooperativas da região e também para empresas integradoras e laticínios

Entre as principais melhorias que foram executadas nas propriedades a partir do Pronaf, pode-se citar a compra de tratores, implementos melhorias nas estruturas das propriedades e construção de aviário, pocilgas e estrebarias. Todas estas propiciando o desenvolvimento e modernização das propriedades, trazendo mais comodidade ao produtor devido diminuição do trabalho braçal, e agregando renda. Fatos que contribuem para uma maior satisfação do agricultor, aumentando o nível de qualidade de vida.

O problema de pesquisa desencadeia o seguinte questionamento: qual a percepção dos produtores rurais de Imigrante sobre o nível de renda e qualidade de vida, devido à utilização do crédito rural (Pronaf)? Com base na pesquisa verificou-se que os produtores rurais acreditam que o crédito rural Pronaf é importante para o desenvolvimento da propriedade, aumento no nível de renda e em contrapartida a qualidade de vida.

Diante dos resultados obtidos, recomenda-se investimentos nas propriedades, porém diante do cenário econômico inserto do país, sugere-se que ao fazer um financiamento que envolva um valor alto, seja feita uma análise detalhada para ver se o mesmo torna-se viável.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Edições Unesco, 1998. 104 p.

ALEIXO, Carlos E. M. et al. **Avaliação da atividade pecuária entre os beneficiários do Pronaf a na região norte do estado do Ceará**. Recife: Zootec, 2006.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012. 141 p.

ALVES, Clayton. **A importância do crédito para o desenvolvimento econômico e social**. 2009. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/27633/1/A-IMPORTANCIA-DO-CREDITO-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-ECONOMICO-E-SOCIAL/pagina1.html>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza; CAMPANHOLO, Tarcisio. **O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social**. Araxá- MG, 2011.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de crédito rural (MCR): Atualização MCR 518**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; Lehfeld, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia Científica: um guia para iniciação científica**. 2ª Ed. Ampliada. São Paulo: Makron BBooks, 2000.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de direito agrário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

\_\_\_\_\_. Wellington Pacheco. **O contrato e os títulos de crédito rural**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 05 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Recursos do Pronaf são contratados por 98% dos agricultores.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/recursos-do-Pronaf-sao-contratados-por-98-dos-agricultores/plano-safra-2013-2014-mds/view>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BREITENBACH, Raquel. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 2, n. 2, Maio/Ago. 2014.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate.** Brasília: IICA, 2006.

\_\_\_\_\_, A.M. **Trajetória Recente da política Agrícola Brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1999. 326p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia.

CASTRO, Marcos H.; SILVA, Antônio JH; VIANA, Giomar. **Relações de cooperação para geração de trabalho e renda: realidade e perspectivas na região Centro-Sul do Paraná.** Bauru, SP: Canal, v. 6, 2011. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/editora/files/2012/11/relacoes>>. Acesso em: 24 set. 2016.

CHEMINN. Beatris Francisca. **Manual de Univates para trabalhos acadêmicos.** Lajeado: Univates, 2010. Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acessado em: 23 out. 2010.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos sem contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 117-144.

CONTO, Bruno de; SCHNORREBERGER, Adalberto; DULLIUS Rodrigo. **Análise das operações de investimento rural com recursos.** Do BNDES no Sicredi Região dos Vales-RS. Revista Destaques Acadêmicos, ano 1, n. 1, 2009 – CGO.

CUNHA, M. A. de A. Expectativas de jovens camponeses na universidade: os desafios de uma formação em nível superior. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2011.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará.** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.49 no.1 Brasília Jan./Mar. 2011.

EMATER. **Projeto Crédito Rural.** 2017. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=96>>. Acesso em: 18abr. 2017.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. **O instrumento de avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde(WHOQOL-100): características e perspectivas.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, v.5, n.1, 2000 p. 33-38.



FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. **Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref"**. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil 2000.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 17º ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GEHRING, **O crédito Rural**: Uma análise jurídica de sua aplicabilidade a Brasil. 2014 Juina ARTIGO SALVO.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, Roberto (org.) **Qualidade de Vida 137 e políticas públicas**: saúde, lazer e atividade física. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto **Qualidade de Vida**: identidades e indicadores. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GONÇALVES, Lucilia de Miranda. **Crédito Rural no Brasil**. São Paulo, 2008.

GONZÁLES, M.G; **Evolução da Política de Crédito Brasileira**, 2010, Planaltina.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUANZIROLI, Carlos E. **Pronaf Dez Anos Depois**: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

HERCULANO, Selene C. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niteroi: Eduff, 2000. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/herculano.pdf>>. Acesso em 13 outubro 2016.

IBASE. **Relatório Pronaf Resultados Da Etapa Paraná**. 2006. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/pub\\_Pronaf\\_final4.pdf](http://www.ibase.br/userimages/pub_Pronaf_final4.pdf)> Acesso em: 24 set. 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Censo Demográfico 2010: Sinopse. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431036&idtema=1&search=rio-grande-do-sul%7Cimigrante%7Ccenso-demografico-2010:-sinopse->. Acesso em: 28 abril. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Informações Estatísticas. 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431036>> Acesso em: 28 abril. 2017.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **Logística agroindustrial: desafios para o Brasil na primeira década do século XXI**. João Pessoa, 2010.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Brokman, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS Cíntia Ribeiro et al. **Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas**. Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v. 11, p. 135-154, 2007.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=319>> Acesso em: 01 out. 2016.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017.

MDA. **Pronaf 20 anos de apoio aos agricultores familiares**. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/Pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MDA. **Plano safra da agricultura familiar 2016-2017: Alimentos Saudáveis para o Campo e a Cidade**. 2017. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha\\_plano\\_safra\\_2016\\_2017\\_1.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2016.

MENEGAZZO, Luis Antônio; CRUZ, Luiz Carlos da.. **Análise das condições de acesso ao crédito rural por produtores rurais do município de Igarapé – MG.** VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração 2007.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário.** Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

MIOTTO, Juliano; RAMBO, Marco Antônio; FLACH, Rosiane Oswald. **GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS: SER JOVEM E SER AGRICULTOR.** *Revista Interativa*, n. 2, 2016.

MIRANDA, Maria Bernardete. **Títulos de crédito.** Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MORAIS, Ezequiel; BERNARDINO, Diogo. **Contratos de crédito bancário e de crédito rural: questões polêmicas.** São Paulo: Método, 2010.

MUNK, Ronald. **Novos caminhos para a saúde pública. 2016.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaao/novos-caminhos-para-saude-publica-19192769>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FRANCALACCI, V. L. **O pentágulo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos.** Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 5, n. 2, 2001, 48-59.  
OLIVEIRA, Herivelto Afonso. **Crédito Rural e geração de renda no município de Morrinhos GO: O caso do Pronaf.** GOIÂNIA Faculdade Alves Faria. 2015.

PEREIRA, Fábio Lamonica. **Manual de crédito rural.** Artigo publicado na Revista Agro DBO n. 42, 2013.

PEREIRA, João Arami Martins; ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Mecanismos de financiamento à produção rural no Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul: uma análise na perspectiva dos produtores rurais.** Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 22-30, jan./abr. 2012.

PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sergio. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 205-220, 2011.

PLANALTO. **Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm) >Acesso em: 24 set. 2016

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 24 set. 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos**

**monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 76-97.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane do; SILVA, Joelma Fabiana Barros da. **Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio.** São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. Teoria e Evidência Econômica - Ano 19, n. 40, p. 77-101, jan./jun. 2013.

RIBEIRO, Karina. **Agronegócio: Pequeno no tamanho, gigante no retorno.** 2016. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/economia/agroneg%C3%B3cio-pequeno-no-tamanho-gigante-no-retorno-1.1117345>. Acesso em: 24 set. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Roberta de M. **Um exame dos determinantes da coordenação vertical na agroindústria do nordeste:** o caso do Pólo de irrigação Petrolina-Juazeiro. Monografia em economia da UFPE, jul. 2001.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágio, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROSA, Sueli L. Couto. **Desafios do PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Revista Reforma Agrária, Campinas: ABRA, v. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, maio-dez. 1995.

SANTOS, L. D. & MARTINS, I. **A Qualidade de Vida Urbana** – O Caso da Cidade do Porto. Investigação – Trabalhos em Curso – n.º 116, maio de 2002.

SANTOS, Gilnei C. et al. **Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro.** Economia Aplicada, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito:** concessão e gerência de empréstimos. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - **SEBRAE.** 2015. Empresários, potenciais empresários e produtores rurais no Brasil Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/f767852e0f0362b43d506711b195b34b/\\$File/5455.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f767852e0f0362b43d506711b195b34b/$File/5455.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SILVA FILHO, José Brandt. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** 2017. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>> Acesso em: 28 abril.2017.

SIMIONI, F. J. **Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 15, n. 3, p. 397-410, 2013.

SOBEL, T. F. **Determinantes da renda no submédio do Vale do São Francisco.** Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Ribeirão Preto, SP, jul., 2005.

SOBER NORDESTE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 6., 2016, Mossoró. **Anais...** Mossoró: Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte, 2016. E-book. Disponível em: <[http://www.sobernordeste2016.com.br/downloads/anais\\_grupo5.pdf](http://www.sobernordeste2016.com.br/downloads/anais_grupo5.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2016.

SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME, David Jose. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil.** 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/882.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

VERGARA, Sylvia. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005

\_\_\_\_\_. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

VIEIRA, Marconi. **Geração de energia elétrica no meio rural promove melhorias sociais e econômicas.** 2011. Disponível em: <<http://www.tecnologiaetreinamento.com.br/agroindustrias/energia-alternativa-energia/microusina-hidreletrica-fazenda-como-montar-operar/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

TOLEDO, Virginia. **Por falta de jovens, produtores rurais temem futuro da agricultura familiar.** 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/09/por-falta-de-jovens-produtores-rurais-temem-futuro-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

TOZZI, Verônica. **Quantidade de habitantes no meio rural vem diminuindo ao longo dos anos. 2015.** Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/destaque/os-assalariados-rurais-e-o-ano-internacional-da-agricultura-familiar-camponesa-e-indigena>> Acesso em: 24 set. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. **REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, v. 9, 2012.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Questionário****CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS****Questionário**

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA  
NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

**1 – Qual sua escolaridade?**

- a. ☐ Não alfabetizado.
- b. ☐ Ensino Fundamental – de 1º a 4º série .
- c. ☐ Ensino Fundamental – de 5º a 9º série.
- d. ☐ Ensino Médio (2º grau).
- e. ☐ Ensino Superior.

**2 – Como você adquiriu sua propriedade rural?**

- a. ☐ Comprando.
- b. ☐ Herança.
- c. ☐ Reforma agrária.
- d. ☐ De outra forma.
- e. ☐ Não é proprietário.

**3 – Há quanto tempo à propriedade rural pertence a sua família?**

- a. ☐ Não sou o proprietário.
- b. ☐ De 1 a 5 anos.
- c. ☐ De 6 a 15 anos.
- d. ☐ De 16 a 30 anos.
- e. ☐ Mais de 30 anos.

**4 – Quantas pessoas compõem o grupo familiar (incluindo você)?**

- a. ☐ 1 pessoa - apenas você.
- b. ☐ 2 pessoas.
- c. ☐ 3 pessoas.
- d. ☐ 4 pessoas.
- e. ☐ 5 pessoas.
- f. ☐ 6 pessoas.
- g. ☐ 7 pessoas.
- h. ☐ 8 pessoas.
- i. ☐ 9 pessoas.
- j. ☐ Mais de 9 pessoas

**5 – Quantas pessoas do seu grupo familiar moram na propriedade rural?**

- a. ☐ até 3 pessoas.
- b. ☐ de 3 até 5 pessoas.
- c. ☐ de 6 até 10 pessoas.



d. ☐ mais de 10 pessoas.

**6 – Em sua opinião, qual seria o principal motivo de seus familiares não morarem na propriedade rural?**

- a. ☐ Isso não aconteceu e todos os familiares moram na propriedade rural.
- b. ☐ Para estudar.
- c. ☐ Para trabalhar.
- d. ☐ Para ter acesso a itens de conforto como TV, Internet, diversão, entre outros.
- e. ☐ Por outros motivos.

**7 – Quantas pessoas de seu grupo familiar cursam ou terminaram apenas o ensino fundamental até a 9ª série?**

- a. ☐ Nenhuma.
- b. ☐ 1 pessoa.
- c. ☐ 2 pessoas.
- d. ☐ 3 pessoas.
- e. ☐ mais de 3 pessoas.

**8 – Quantas pessoas de seu grupo familiar cursam ou tem até o segundo grau?**

- a. ☐ Nenhuma.
- b. ☐ 1 pessoa.
- c. ☐ 2 pessoas.
- d. ☐ 3 pessoas.
- e. ☐ mais de 3 pessoas.

**9 – Quantas pessoas de seu grupo familiar cursam ou concluíram o ensino superior?**

- a. ☐ Nenhuma.
- b. ☐ 1 pessoa.
- c. ☐ 2 pessoas.
- d. ☐ 3 pessoas.
- e. ☐ mais de 3 pessoas..

**10 – Quais dos alimentos abaixo você e sua família consomem diariamente? (pode ser marcada mais de uma opção).**

- a. ☐ Grãos como arroz, feijão, milho etc.
- b. ☐ Hortaliças como alface, cenoura, tomate, etc.
- c. ☐ Frutas como laranja, mamão, abacate, mexerica, etc.
- d. ☐ Carnes como gado, frango, porco, ovos e leite.
- e. ☐ Doces como chocolate, balas, bolachas, etc.

**11 – Qual a distância da propriedade até a sede do município de Imigrante?**

- a. ☐ até 5 km.
- b. ☐ Entre 5 e 10 km.
- c. ☐ Entre 10 e 20 km.
- d. ☐ Entre 20 e 30 km.
- e. ☐ Mais de 30 km.

**12 – Atualmente você faz parte de alguma associação ou cooperativa de produção?**

- a. ☐ Sim.
- b. ☐ Não.

**13 – Dos alimentos consumidos por você e sua família, o quanto você considera que é produzido em sua propriedade?**

- a. ☐ até 25% (cerca de um quarto do que é consumido).
- b. ☐ de 25% a 50% (cerca de metade do que é consumido).
- c. ☐ de 50% a 75% (cerca de três quartos do que é consumido).
- d. ☐ de 75% a 100% (quase a totalidade do que é consumido).

**14 – Quantos empregados (não pertencentes ao grupo familiar) você possui?**

- a. ☐ 1 (um).
- b. ☐ 2 (dois).
- c. ☐ 3 (três).
- d. ☐ 4 (quatro).
- e. ☐ Mais de 4 (quatro) empregados.
- f. ☐ Nenhum

**15 – De qual cultura/atividade vem sua principal fonte de renda?**

- a. ☐ Produção de grãos (arroz, milho, soja, outros).
- b. ☐ Produção carne ou derivados (gado, frangos, ovos, suínos, etc.).
- c. ☐ Produção de leite e derivados (leite in natura, queijos, etc.).
- d. ☐ Produção de hortaliças (alface, couve, cenoura, tomate, etc.).
- e. ☐ Produção de frutas (laranja, mexerica, banana, acerola, etc.).
- f. ☐ Misto de culturas (várias atividades são desenvolvidas na propriedade).

**16 – Como comercializa sua produção?**

- a. ☐ Entregando em cooperativas ou associações.
- b. ☐ Em feiras livres ou vendendo para o comércio em geral.
- c. ☐ CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (Programa Aquisição de Alimentos– PAA).
- d. ☐ Em programas municipais, para atender escolas, asilos, etc. (Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae).
- e. ☐ Outras formas.

**17 – Você possui alguma das linhas de crédito abaixo, vinculados ao Pronaf?**

- a. ☐ Não sou tomador de crédito Pronaf.
- b. ☐ Pronaf Custeio .
- c. ☐ Pronaf Mais Alimentos-Investimento.
- d. ☐ Pronaf Agroindústria.
- e. ☐ Pronaf Agroecologia.
- f. ☐ Pronaf Eco.
- g. ☐ Pronaf Floresta.
- h. ☐ Pronaf Semiárido.
- i. ☐ Pronaf Mulher.
- j. ☐ Pronaf Jovem.
- k. ☐ Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares.
- l. ☐ Pronaf Cota-Parte.

m. ☐ Microcrédito Rural.

**18 – Qual a última vez que você tomou o crédito rural Pronaf?**

- a. ☐ Nunca tomei crédito rural Pronaf.
- b. ☐ Neste ano de 2015.
- c. ☐ em 2014.
- d. ☐ em 2013.
- e. ☐ Anterior a 2013.

**19 – Há quanto tempo você toma o crédito rural Pronaf?**

- a. ☐ Nunca tomei crédito rural Pronaf.
- b. ☐ Há um ano.
- c. ☐ Há dois anos.
- d. ☐ Há três anos.
- e. ☐ Há quatro ou mais anos.

**20 – Considerando os últimos treze anos, qual dos itens abaixo você acredita que o crédito rural Pronaf veio a lhe atender e que você considera mais importante?**

- a. ☐ Nunca tomei o crédito rural Pronaf.
- b. ☐ Custeio agrícola (compreende do plantio a colheita e armazenamento).
- c. ☐ Custeio pecuário (compreende atividades no trato de animais).
- d. ☐ Investimento para aquisição de animais.
- e. ☐ Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares.
- f. ☐ Investimento para aquisição de veículo utilitário ou motocicletas.
- g. ☐ Outras.

**21 – Quais são as melhorias que o crédito rural Pronaf investimento propiciou para sua propriedade?**

- a. ☐ Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.).
- b. ☐ Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.
- c. ☐ Tanques de expansão, resfriadores, ordenhas, etc.
- d. ☐ Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes).
- e. ☐ Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias.
- f. ☐ Outras melhorias.
- g. ☐ Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

**22 – Quais são as melhorias que o crédito rural Pronaf custeio propiciou para sua propriedade?**

- a. ☐ Aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação.
- b. ☐ Aquisição de sementes transgênicas.
- c. ☐ Aquisição de insumos (calcário, defensivos, etc.) para correção de solo e aumento de produtividade.
- d. ☐ Aquisição de insumos (vacinas, vermífugos, minerais, etc.) que permitam a qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade.
- e. ☐ Outras melhorias.
- f. ☐ Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

**23 – Você respeita as orientações contidas no projeto elaborado pelo EMATER apresentado junto à instituição financeira, quando da solicitação do crédito?**

- a. ☐ Sim.
- b. ☐ Não.
- c. ☐ Nunca tomei crédito rural.

**24 – Você acredita que o crédito rural é importante para impulsionar a produção na propriedade rural?**

- a. ☐ Sim.
- b. ☐ Não.
- c. ☐ Não tenho opinião formada.

**25 – Você está com seu empréstimo de crédito rural em atraso?**

- a. ☐ Sim.
- b. ☐ Não.
- c. ☐ Não tenho crédito contratado.

**26 – Qual sua idade?**

- a. ☐ Até 20 anos
- b. ☐ 21 até 30 anos
- c. ☐ 31 até 40 anos
- d. ☐ 41 até 50 anos
- e. ☐ 51 até 60 anos
- f. ☐ acima de 61 anos

**27 – Sexo?**

- a. ☐ Masculino.
- b. ☐ Feminino.

**28 – Nos últimos 13 anos como classifica seu acesso à saúde?**

- a. ☐ Não houve alteração.
- b. ☐ Melhorou, pois nossos tratamentos médicos são pagos parcialmente ou integralmente por nós.
- c. ☐ Melhorou, pois a qualidade da saúde pública e gratuita também melhorou.
- d. ☐ Piorou, pois não dispomos de recursos para despesas médicas e a saúde pública é ruim.

**29 – Há quanto tempo sua propriedade possui energia elétrica?**

- a. ☐ Não possuímos eletrificação rural.
- b. ☐ Há menos de 1 ano.
- c. ☐ Entre 1 e 5 anos.
- d. ☐ Entre 6 e 10 anos.
- e. ☐ Mais de 10 anos.

**30 – Das tecnologias implantadas em sua propriedade nos últimos 13 anos, qual a que você considera como a mais importante para o aumento da produtividade da propriedade?**

- a. ☐ Energia elétrica.
- b. ☐ Tratores, Plantadeiras e colheitadeiras.
- c. ☐ Georeferenciamento ou sensoriamento remoto.

- d. ☐ Telefonia.
- e. ☐ Internet.
- f. ☐ Melhoramento genético de animais e técnicas de manejo.
- f. ☐ Outras.

**31 – Há quanto tempo sua propriedade possui acesso à Internet?**

- a. ☐ Não possuímos acesso a internet.
- b. ☐ Há menos de 1 ano.
- c. ☐ Entre 1 e 5 anos.
- d. ☐ Entre 6 e 10 anos.
- e. ☐ Mais de 10 anos.

**32 – Qual a renda mensal média que você tem atualmente?**

- a. ☐ Não possui renda.
- b. ☐ Até R\$ 1.000,00.
- c. ☐ De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00.
- d. ☐ De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00.
- e. ☐ De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00.
- f. ☐ Acima de R\$ 4.000,00.

**33 – Qual a renda mensal média que você tinha em 2002?**

**Obs.: Os valores foram deflacionados pelo IGP-DI para igualar o poder de compra de 2015 e considerando a inflação.**

- a. ☐ Não possuía renda neste ano.
- b. ☐ Até R\$ 392,00 (equivalente a R\$ 1.000,00 no ano 2015).
- c. ☐ De R\$ 392,01 a R\$ 785,01 (equivalente a R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00 no ano 2015).
- d. ☐ De R\$ 785,01 a 1.177,52 (equivalente a R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00 no ano 2015).
- e. ☐ De R\$ 1.177,53 a R\$ 1.570,02 (equivalente a R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 no ano 2015).
- f. ☐ Acima de R\$ 1.570,02 (equivalente a R\$ 4.000,00).

Fonte: Da autora, adaptado de Oliveira (2015).